

27.AT
2001

versão corrigida



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS.
(UFICS)

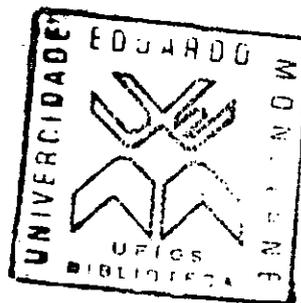
Autor : Momade Amisse Saide

**Relações de género na gestão comunitária de recursos florestais no
Distrito de Matutuine - comunidade de Djavula**

*" Trabalho apresentado na Universidade Eduardo Mondlane / UFICS como
Requisito Parcial à obtenção do Grau de Licenciatura em Antropologia "*

Supervisora: Dr^a Margarita Mejia

U.E.M. - UFICS
R. E. 4426
DATA 12/07/05
AQUISIÇÃO ofenta
COTA AT - 27



Maputo, Maio de 2001



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
(UFICS)

Autor : Momade Amisse Saide

**Relações de género na gestão comunitária de recursos florestais no
Distrito de Matutuine - comunidade de Djavula**

*" Trabalho apresentado na Universidade Eduardo Mondlane / UFICS como
Requisito Parcial à obtenção do Grau de Licenciatura em Antropologia"*

Supervisora: Dr^a Margarita Mejia

Maputo, Maio de 2001

Declaração

Declaro que este trabalho de investigação nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau académico, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Agradecimentos

Gostaria de debitar aqui e neste momento, os meus **AGRADECIMENTOS**, a todas pessoas e instituições que dispensaram o seu apoio para efectivação deste trabalho e na minha formação em geral, em especial:

A Dr^a Margarita Mejia, minha supervisora, pela confiança demonstrada desde o primeiro "escrito de circunstância" por mim elaborado, e pela forma paciente e incansável que orientou o presente trabalho.

Aos meus professores: Prof.Dr. Luís de Brito, Dr. Carlos Nuno Castelo-Branco, Dr. Severino E. Ngoenha, Prof.Dr. Rafael Fernandes da Conceição, Dr. José Oscar Monteiro, Dr^a Ana Maria Loforte, Dr. Eduardo Medeiros e a Dr^a Maria do Céu Carmos Reis, se de facto a vossa intenção era formar um cientista social, então fiquem de consciência tranquila, pois : **MISSÃO CUMPRIDA !**

Ao Dr. Cristiano Matsinhe, pela sua atitude anti-burocrática, de relacionamento interpessoal e visão pós-moderna, do que deve ser na verdade, uma Faculdade de Ciências Sociais. Felicitações!

Aos meus colegas e amigos : José "Zé" Adalima, Francisco "Chico" da Conceição, Célia "Mana Celita" Lituri, Daniel Amade, Nuno Gimo "o general" Sanhatamba, Homero Lobo, Felisberto Arnaça, Lucina M.M. Lucas, Leonor "Loló" Mujuaburre, Aurélio Muiambo, Xavier "Vivi" Lucas, Hilário "Pito" Chilaule, Sidónio Tique. A Shena, álias Kantchina quer dizer Adelina, um grande abraço pela ponta final. Ao "Círculo de Viena" e a "Team" aquela amizade de sempre!

Ao **PROGRAMA MULHER** do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA), pelo apoio financeiro prestado para realização deste trabalho.

A Dr^a Manuela Rico, do Projecto Participação em Saúde Comunitária - Cooperação Suíça, pela simpatia e apoio logístico.

A comunidade de Djavula no geral, e muito particularmente a Sr^a Agira Mussá, ao Régulo Venâncio Tembe e aos professores da EPI de Djavula, pelo acolhimento, apoio, simpatia e interesse demonstrado em fornecer informações, convista a efectivação do trabalho.

Finalmente, ao CTA (Corpo Técnico e Administrativo) da Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS) o meu agradecimento por estes anos todos de convívio.

Dedicatória

Aos meus pais, Amisse Saide e Alima Ibraimo pelo sacrifício que consentiram ao longo desta minha formação académica.

Aos meus irmãos, Sousa, Ibraimo " Eibi", Mãezinha "Pinga", Amisse "Bebé", Sulemane "Picas". A Aaliyah, Kelusha, Alima e Saninha minhas sobrinhas.

A todas mulheres responsáveis de agregados familiares, que, por este Moçambique a dentro, esforçam-se honestamente em dar uma educação codigna aos seus filhos. Muita coragem.



Resumo

O presente trabalho de investigação, teve como objectivo central analisar e compreender em que medida as relações de género permeiam a gestão dos recursos florestais na comunidade de Djavula, Distrito de Matutuine, situada a aproximadamente 120 Km a sul da cidade de Maputo.

Partindo do pressuposto de que existem diferenças significantes na distribuição de responsabilidades, autoridade e interesses entre homens e mulheres em relação ao uso e gestão dos recursos naturais, e particularmente os florestais, derivando este facto das relações de género socialmente construídas e que nos remetem invariavelmente a relações de poder, quer ao nível dos grupos domésticos, quer ao nível mais alargado da comunidade, o presente trabalho de investigação esforçou-se em verificar este ponto de vista.

Para tal, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o tema, aliando a isso a um conjunto de entrevistas semi-estruturadas a população local, e um exercício de observação participante.

Com efeito, resultados preliminares em traços gerais, apontam primeiro, para uma desigualdade de competências, acesso e controlo dos recursos florestais por parte de homens e mulheres. De facto, em Djavula, e porque a sua organização social repousa em princípios de um sistema patrilinear e fortemente hierarquizado, constatamos que, o saber e a competência das mulheres em lidar com determinados recursos é questionada pelos homens.

Por outro lado, tivemos a ocasião de confirmar que a preservação e a conservação dos recursos florestais, encontram-se associadas as actividades quotidianas dos homens e das mulheres, nomeadamente na colecta de plantas medicinais, frutos silvestres, produção de carvão, extração da sura (uma bebida local) entre outras, sendo no contexto destas actividades que se vão repassando os

saberes e práticas locais de relacionar-se de forma sustentável com os recursos florestais. Este exercício (a transmissão de saberes) vai sendo feito de geração em geração. As actividades quotidianas de homens e mulheres actuam desta forma diferentemente no uso e gestão dos recursos florestais na comunidade de Djavula. As decisões tomadas por homens e mulheres em relação aos recursos florestais e seus benefícios refletem em última instância relações de poder.

E, porque a relação entre os actores sociais entre si e com os recursos florestais podem encerrar potenciais conflitos, em Djavula constatamos que os mecanismos de resolução dos mesmos, residem numa participação alargada dos membros da comunidade sem discriminação de qualquer índole.

Noutro sentido, foi possível apercebermo-nos do empenho e das estratégias da comunidade, em combater as actividades dos exploradores furtivos, na sua maioria vindos da cidade de Maputo e outros lugares distantes, que no local fazem a exploração intesiva dos recursos madeiros e não só.

Abreviaturas e Acrónimos

CEA - *Centro de Estudos Africanos.*

DGIC - *Directorate-General for Internacional Cooperation.*

DNFFB - *Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia.*

FAO - *Food and Agricultural Organization.*

INE - *Instituto Nacional de Estatística.*

MAE - *Ministério da Administração Estatal.*

MICOA - *Ministério da Coordenação da Acção Ambiental.*

MINED - *Ministério da Educação.*

ONG's - *Organizações Não Governamentais.*

PNUD - *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.*

SDC - *Agência Suiça para o Desenvolvimento e Cooperação.*

UEM - *Universidade Eduardo Mondlane.*

UFICS - *Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais.*

UMC - *Unidade de Apoio ao Maneio Comunitário.*

WCED - *Comissão Mundial para o ambiente e Desenvolvimento.*

ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
1- Justificação do estudo	5
1.1-Enunciação do problema	8
2- Objectivos	12
2.1- Questão de partida e hipóteses de trabalho	13
CAPÍTULO II	
1-Revisão bibliográfica.....	14
1.1- Sobre o conceito género como uma dimensão científico-analítica	14
1.2-Revisitando o conceito de comunidade.....	19
1.3- Sobre o manejo florestal comunitário.....	22
CAPÍTULO III	
1- O quadro teórico - analítico	26
2 - Metodologia.....	28
CAPÍTULO IV	
1-Resultados preliminares.....	31
1.1-Localização geográfica da área de estudo.....	31
1.2-Breve historial da comunidade de Djavula.....	32
1.3 -Principais actividades económicas.....	33
1.4-Organização social.....	34
1.5- O sistema de parentesco e as alianças matrimóniais.....	34
1.6- A estrutura do poder tradicional.....	35
1.7- Alguns aspectos de carácter demográfico.....	37
2- Principais recursos florestais explorados pela comunidade de Djavula e sua utilidade.....	38
2.1 O quotidiano dos grupos domésticos e a exploração dos recursos florestais.....	38
3- Sobre a propriedade dos recursos florestais na comunidade de Djavula.....	43
3.1- Formas de acesso e controlo dos recursos florestais.....	43

3.2- Mulheres divorciadas e viúvas e o acesso aos recursos florestais-----	45
4- Práticas locais de manejo dos recursos florestais-----	47
4.1- O saber local e o uso sustentável dos recursos florestais-----	47
5- Formas e mecanismos de resolução de conflitos relacionados aos recursos florestais-----	51
5.1- O papel da autoridade tradicional e a participação comunitária-----	51

CAPÍTULO V

6. Algumas considerações finais -----	53
7. Referências bibliográficas-----	58

ANEXOS

I. Introdução.

O meio ambiente de que fazemos parte, é sem dúvida alguma, uma preocupação cada vez mais crescente nos dias que correm. A contínua degradação deste, sem que para esse facto se tomem medidas mais adequadas e se saia da pura retórica dos discursos “*politicamente correctos*” é de facto bastante preocupante.

São vários os movimentos de ecologistas¹ que se debruçam sobre esta problemática, porém, os seus esforços porque isolados e muitas vezes incompreendidos não encontram respostas adequadas, quer das comunidades quer dos poderes políticos estabelecidos, neste empreendimento que é a gestão sustentável dos recursos naturais.

Em 1987 a *Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (WCED)*, sob a presidência de Gro Harlem Brundtland, publicou o relatório “*O nosso futuro comum*”. Este focava o desenvolvimento sustentável como “desenvolvimento que alcance as necessidades do presente sem comprometer as capacidades das gerações futuras, a alcançar as suas próprias necessidades” (1987:8), o que pressupõem como uma das prioridades a gestão equilibrada do ecossistema ambiental, condição *sine qua non* para a sobrevivência das gerações vindouras.

Muito recentemente, o primeiro dia mundial das florestas deste milénio considiu com o alerta da Organização das Nações Unidas aos países africanos para o risco de desaparecimento de florestas em África. Um relatório da FAO preparado para a 21ª Cimeira regional deste organismo sobre África, na capital camaronesa, Yaoundé, sublinha que o continente africano perdeu cerca de 10,5% das suas florestas somente entre 1990 – 1995. O relatório cita como causas agravantes “os conflitos armados, o fluxo de refugiados, as queimadas

¹ Os casos dos movimentos *Chipko* na Índia, *Greenbelt* no Quênia e muito recentemente em Moçambique o grupo *Livaningo*, bastante combativos na questão de conservação dos recursos naturais, são de facto paradigmáticos.

descontroladas, as secas e o consumo excessivo de madeira para uso doméstico” (MICOA, 2000:15).

Como se observa, a relação sociedade *versus* natureza não tem sido tão pacífica como desejável e o maneio comunitário² de recursos naturais tem progressivamente assumido protagonismo ao nível dos diferentes países, como resposta adequada, visando garantir um relacionamento sociedade/natureza mais equilibrado e razoável para a sobrevivência de ambos.

No caso concreto de Moçambique a questão tem sido timidamente afluada considerando a extensão do país e a abundância de recursos naturais.

De facto, “a experiência no país de envolvimento comunitário e a sua participação em gestão de recursos naturais é relativamente recente. Em geral o pessoal do governo, as ONG’s e a Universidade Eduardo Mondlane estão interessados em envolver as comunidades e em conseguir estratégias de gestão de recursos naturais baseadas na comunidade, mas falta experiência e conhecimento sobre tal” (DNFFB, 1998:3).

Se tivermos em linha de conta que, somente as formações florestais cobrem cerca de 61 milhões de hectares o equivalente a cerca de 78% da superfície do país (799.830 km²), então a pertinência em adoptar práticas de gestão comunitária destes recursos fica evidente, no sentido de preservar e conservar a diversidade da flora moçambicana (Saket 1994).

Com efeito, de acordo com Brito e Fernandes (1996), o Estado moçambicano começa a perceber que para uma gestão sustentável de recursos naturais é imprescindível o envolvimento das comunidades rurais na gestão destes recursos e que os conhecimentos das populações são muito importantes na sustentabilidade de uso dos recursos naturais localmente existentes.

² Os termos maneio comunitário de recursos e gestão comunitária de recursos, serão neste estudo alternadamente utilizados, encerrando contudo o mesmo sentido e significado, ou seja, considerando como um uso sustentável dos recursos ligado a medidas protectivas e de conservação visando aumentar a sua produtividade e regeneração, o que esta de acordo com a conclusão chegada por Nhancale (1999).

É neste contexto que, alguns projectos pilotos, em algumas províncias estão a ser concretizados, porém, algumas dimensões de análise não tem sido privilegiadas, nomeadamente as relações de género que se ligam a gestão comunitária de recursos naturais.

É evidente que para os menos atentos à problemática do género, esta abordagem deve criar alguma perplexidade e questionem a operacionalidade da categoria género associada ao maneio comunitário e sustentabilidade dos recursos naturais.

De facto, e como observa Nontokoze (1995), a integração e consideração das relações de género como categoria analítica em relação a gestão dos recursos naturais em África é um fenómeno bastante recente, resultando das preocupações gerais sobre o papel da mulher no desenvolvimento.

Importa portanto referenciar desde já, que a gestão destes recursos reveste-se da mesma importância para a sobrevivência de homens, mulheres e de seus filhos, e estas relações de género socialmente construídas podem ter implicações no maneio destes recursos, devido aos papéis diferenciados que a sociedade reserva a estes actores sociais no seu quotidiano.

Este estudo, constitui assim um esforço visando analisar e perceber até que ponto as relações de género permeiam e influenciam a maneira como se faz a gestão dos recursos naturais a nível da comunidade, muito particularmente os recursos florestais, isto no distrito de Matutuine - comunidade de Djavula, salientando as decisões tomadas por homens e mulheres em relação a estes recursos, práticas, saberes e estratégias locais adoptadas na sua gestão, assim como modos de normação de conflitos, os quais muitas das vezes permanecem invisíveis, por serem menosprezadas a partir de percepções que as consideram retardatárias do desenvolvimento. No mesmo âmbito pretende também, constituir uma fonte de subsídios para futuros estudos nesta área social.

Deste modo, o presente estudo, obedece a uma estrutura sequencial que consideramos abarcar o essencial dos conteúdos sugeridos pelos diferentes capítulos que o compõem. Assim, o capítulo primeiro, apresenta a justificação do estudo, o problema, os objectivos que nortearam o estudo, a questão de partida como fio condutor do estudo e as hipóteses de trabalho que de algum modo procuramos verificar. O capítulo segundo, sugere uma revisão à literatura sobre os principais conceitos manipulados ao longo do estudo. Argumenta que as relações de género, socialmente construídas, refletem relações de poder entre os actores sociais no seu quotidiano .

Por outro lado, e porque também discutimos o conceito de comunidade argumentamos que este, no geral, encerra um sentimento de pertença, localização geográfica e partilha de uma cultura comum. Sobre o manejo florestal comunitário, observamos que este deve ser encarrado como um programa de utilização de recursos florestais que se pretende regular, e com algum controle, associado a medidas protectivas e de conservação com o objectivo de manter ou até aumentar a produtividade e regeneração da floresta, garantido assim a sua sustentabilidade a longo prazo.

O capítulo terceiro, enuncia o quadro teórico que serviu de ferramenta analítica para o presente estudo, desenvolvida por um grupo de intelectuais de países em desenvolvimento, ficando esta perspectiva teórica conhecida como "*Mulheres e meio ambiente*". O seu ponto de partida é que prevalecem diferenças nas responsabilidades, actividades e autoridade de homens e mulheres em relação ao uso e manejo dos recursos naturais.

Ainda neste capítulo, apresentamos em traços gerais a metodologia de trabalho por nós adoptada, que passou basicamente por uma revisão prévia da literatura existente sobre o tema e elaboração e aplicação dos instrumentos de recolha de dados no terreno, nomeadamente entrevistas semi-estruturadas. Esta nossa presença no terreno foi acompanhada de um exercício de observação participante com uma participação activa no quotidiano das gentes de Djavula.

Os resultados preliminares do estudo são apresentados no capítulo quarto, onde procuramos com dados evidentes responder as inquietações por nós colocadas no problema inicialmente formulado, assim como a verificação das hipóteses de trabalho avançadas.

O capítulo quinto, faz a síntese dos resultados e avança com algumas linhas de investigação que no futuro podem ser seguidas, destacando-se aqui, o estudo detalhado que se deve começar a empreender sobre os saberes e práticas locais de gestão de recursos florestais, visto entendermos que estes mostram-se eficazes na sustentabilidade dos mesmos.

Capítulo I

1. Justificação do estudo.

Motivado pelos crescentes debates em torno das preocupações relativas à gestão ambiental e das propostas de acção que a sociedade civil e as autoridades governamentais têm levado a cabo, visando a sustentabilidade e conservação dos recursos naturais, o estudo pretende ser uma contribuição académica, dentro da teoria do género, que é uma ferramenta analítica de grande utilidade, quando equacionada ao manejo comunitário de recursos naturais e que normalmente tem-se prestado pouca atenção.

Por outro lado, e porque Moçambique apresenta uma cobertura considerável em termos de formações florestais ou outras formações vegetais, que conferem ao país uma grande biodiversidade de ecossistemas, que propiciam também um habitat para a fauna bravia, apesar de as estatísticas oficiais do Produto Interno Bruto (PIB) não reflectirem ainda a contribuição deste subsector na economia do país³ (DNFFB, 1999), o presente estudo é mais um esforço no

³ A Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia (DNFFB), estima que cerca de 80% da energia consumida no país, provém da biomassa lenhosa. A procura anual desta fonte energética é estimada em 16 milhões de metros cúbicos por ano, o equivalente a cerca de 706 milhões de dólares anuais que o Produto Interno Bruto (PIB) não têm contabilizado.

sentido de fornecer dados relevantes que podem ser levados em conta em futuras políticas de desenvolvimento rural e projectos de manejo comunitário de recursos florestais, com sensibilidade às relações de género, pois, em última análise, estas estruturam e determinam fortemente as normas comportamentais em qualquer sociedade.

É factual e inquestionável que as comunidades rurais em Moçambique têm assistido à exploração dos seus recursos florestais muitas vezes por operadores externos à área sem qualquer benefício ou envolvimento destas, prejudicando consideravelmente aquela que é a sua fonte de sobrevivência, a floresta, e no geral o futuro desenvolvimento sustentável do país.

Assim, ao localizar a área de estudo no distrito de Matutuine e mais concretamente na comunidade de Djavula, que é uma comunidade rural onde se pratica uma exploração intensiva de recursos florestais com vários propósitos, quer por madeiros vindos de Maputo, quer pela população local que têm no corte de lenha e produção de carvão vegetal uma das suas principais actividades económicas, factos estes associados a sua proximidade a floresta de Licuati, possuidora de uma biodiversidade invejável, principalmente em espécies arbóreas, o estudo pretende neste contexto, mostrar como a comunidade local faz a sua gestão, que estratégias adopta face a outros agentes exteriores à comunidade, e quiça de alguma forma outras comunidades rurais ao longo do país aproveitem a sua experiência.

Mais do que isso, aspira também o presente estudo, servir de plataforma para que a gestão comunitária de recursos naturais no geral, seja reconhecida e tida em conta nos programas e projectos de utilização e exploração dos mesmos visando a promoção do seu uso sustentável.

Entretanto, por outro lado e porque a exploração de carvão vegetal, lenha e madeira destinados ao abastecimento do combustível doméstico e outros fins à população moçambicana e não só, é bastante intensiva, estimando-se em milhões de metros cúbicos por ano segundo Chitará (1992), constitui um desafio a

procura de soluções para uma utilização sustentável dos recursos florestais⁴, e é desta forma que este estudo insere-se neste desafio, procurando demonstrar como a comunidade de Djavula faz o maneio destes recursos e como é estruturado pelas relações de género.

De facto, a tendência do modelo dominante de desenvolvimento, com base na economia de mercado, a que o país está voltado, reside na utilização intensiva dos recursos florestais muitas das vezes para exportação a partir de utilizadores (investidores) externos à comunidade, o que contribue sem dúvida para o crescimento económico, mas porém, sem sustentabilidade. O presente estudo vai mais no sentido de consciencializar sobre a utilização razoável dos recursos e sua utilização sustentável de forma a atingir um desenvolvimento durável, promovendo-se um diálogo interactivo entre as comunidades (com seus saberes, práticas e interesses) e a exploração intensiva.

Noutro sentido verificamos que, a situação da mulher, particularmente da mulher rural, difere de país para país, e mesmo de comunidade para comunidade dentro do mesmo país, de acordo com a religião, grupo étnico, raça, rendimentos, instrução, oportunidades, apesar de em todos quadrantes as suas funções sociais e económicas estarem a aumentar, contudo muitas vezes esse facto não é reconhecido e o seu estatuto continua baixo.

A comunidade de Djavula está conhecendo actualmente um incremento considerável em termos de infra-estruturas básicas nomeadamente nas áreas de saúde, educação e actividades económicas, onde a capitalização dos recursos naturais é central, este facto re-estrutura de algum modo as relações de género e de poder face a gestão dos recursos naturais e não só. Pretendemos perceber estas dinâmicas, e contribuir para que se reconsidere o estatuto e papel da mulher na comunidade, quiça fazendo assim justiça ao artigo 67 da Constituição da

⁴ Bila (1993), observa que em ordem decrescente, as causas do desflorestamento em Moçambique são a agricultura, a extração de combustível lenhoso (lenha e carvão), exploração intensiva de madeira e os incêndios descontrolados.

República que postula que “o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.”

Concomitantemente, ao fazermos uma abordagem de género na gestão comunitárias dos recursos florestais, pretendemos para além das motivações pessoais, responder de algum modo ao desafio proposto por Cherewa *et al* (1996:36), que asseguram que “as comunidades, nas suas raízes histórico-culturais, portam capacidades e formas de relação com o meio (natural e social) que carecem de estudos aprofundados e imparciais”, estabelecendo papéis diferenciados para homens e mulheres na sua forma de se relacionar com o meio natural.

De facto, os recursos são uma expressão social e como tal a sua preservação e conservação está fortemente dependente da participação da comunidade na sua gestão. Relacionando-se esta, a todo um conjunto complexo de conhecimentos locais, sistemas sócio-económicos e culturais existentes numa região (Loforte, 1999).

Por conseguinte, se com o presente estudo podermos compreender com maior profundidade, e de algum modo relançarmos o debate sobre a gestão comunitária dos recursos naturais, mais especificamente o ecossistema florestal, então teremos preenchido os nossos objectivos.

1.1. Enunciação do problema.

Os indivíduos no seu quotidiano desenvolvem um conjunto de relações sociais que encerram sobre si diversos significados e que ganham sentido dentro do contexto em que ocorrem. As relações de género, entanto que construções sociais não escapam a esta dinâmica, e em última instância refletem relações de poder.

Assim, e de acordo com Casas *et al* (1998:IV), “o género é entendido como a relação entre homens e mulheres construída socialmente e, como tal, possível de mudança e contestação. Por outras palavras, na base das diferenças sexuais, e a partir das relações de poder impostas pelo modelo dominante, criam-se possibilidades desiguais no acesso e controlo de homens e mulheres aos recursos e na distribuição de benefícios”.

Depreende-se daqui, que a relação quotidiana de homens e mulheres nas actividades que desenvolvem, (as suas tarefas, papéis quotidianos e distribuição de competências) repousa naquilo que são as relações de género e de poder dominantes que moldam inevitavelmente a estrutura social, ou seja, na perspectiva de género.

É deste modo que, em cada cultura, mulheres e homens tem diferentes saberes no que diz respeito aos recursos naturais dado os seus papéis sociais, como também usam esses mesmos recursos de maneiras igualmente diferenciadas. Segundo Watherhouse (1998:20), enquanto os homens podem considerar, por exemplo, as concessões florestais em grande escala como uma oportunidade para o trabalho assalariado, as mulheres podem estar mais preocupadas com o fácil acesso a lenha, a plantas medicinais e a frutos silvestres.

Em países em desenvolvimento, como é o caso de Mocambique, e mais particularmente nas zonas rurais, as mulheres tem sempre uma relação íntima com os recursos naturais. Tradicionalmente ela colecta das florestas diversas plantas, foragem, combustível lenhoso e tantos outros produtos que garantem a sobrevivência de suas famílias.

De acordo com Leach (1993), as mulheres são as principais usuárias dos recursos florestais com vista a satisfazer a alimentação do grupo doméstico e necessidades de renda. Este facto, assegura-lhes interesse e conhecimento que torna-as principais gestoras e beneficiárias dos esforços no sentido de preservar e aumentar a base de recursos, através de florestas comunitárias, agro-florestamento ou formas “inovadoras” de gestão florestal.



Porém, algumas correntes tem argumentado que as mulheres devido ao seu permanente contacto com o meio ambiente, surgem em primeiro plano como as principais degradadoras deste. No entanto, a degradação de recursos naturais como observa muito bem Nontokoze (op. Cit.,6), “tem um impacto directo sobre a mulher na sua capacidade de tomar conta da sua família o que na verdade constitue um paradoxo em relação a estas posições, pois, em primeira instância a mulher procura garantir os cuidados da família”, não fazendo muito sentido o seu suposto pouco cuidado com a natureza.

Por seu turno, Dehlot (1993) argumenta que processos sócio-ecónómicos associados a pobreza estão profundamente relacionados a degradação ambiental. Por exemplo em países em desenvolvimento, mulheres camponesas são muitas vezes forçadas pela pressão de necessidades de sobrevivência das suas famílias, a fazer um intensivo uso dos recursos naturais, tais como terra e florestas.

Deste modo, e porque as relações de género são relações sociais e socialmente construídas e que encerram sobre si um conjunto de papéis e níveis de poder diferenciados, entre homens e mulheres, quer a nível da família quer a um nível mais alargado da comunidade, estas relações influem na maneira de gerir e controlar os recursos naturais.

Decorrente destes pontos de vista, importa questionar por exemplo, no caso concreto das actividades ligadas a sivilcultura, sobre a definição dos recursos ou produtos que a comunidade em estudo extrai da floresta. Quem faz a colecta destes recursos ou produtos? Como? Porquê? Como são controlados, geridos e usados? E por quem?

Tem sido continuamente reconhecido por vários estudiosos entre os quais Bender (1967) e Argawal (1997a), que os grupos domésticos (*households*)⁵, bem como as comunidades, não actuam necessariamente como uma unidade singular. Diferentes membros do grupo doméstico podem ter diferentes interesses, direitos

⁵ De acordo com a proposta teórica de Bender (1967) e de Goody (1971), a qual adoptamos neste estudo, a noção de grupo doméstico (*household*) sugere uma unidade de produção, reprodução e consumo.

e acesso a recursos, bem como diferentes papéis na tomada de decisões acerca deles. Como se estrutura esta diferenciação e quais as lógicas e os pressupostos sociais que as regem?

Por outro lado, Agarwal (idem:1374-1375), argumenta que “as estruturas sociais comunitárias geralmente desvalorizam o trabalho e as opiniões das mulheres no que respeita a gestão de recursos naturais na comunidade em que ela se encontra inserida, e remete esse facto a desigualdades de poder e autoridade existentes na comunidade entre homens e mulheres ”, isto é, ao desequilíbrio de género.

Como é que as estruturas sociais da comunidade criam ou reproduzem padrões de conhecimento e autoridade que reduzem e desvalorizam o saber e trabalho das mulheres no uso e gestão dos recursos naturais? E Qual o papel desempenhado pelos homens na gestão destes recursos?

Como Dehlot e Leach sublinharam, as mulheres nas zonas rurais são quem mais desenvolvem uma relação íntima com a natureza e seus recursos nas suas actividades quotidianas. Ora, qual é o conhecimento ou saber que as mulheres produzem em relação aos recursos florestais, como se constrói esse saber? E de que modo constituem uma mais valia para uma eficaz gestão dos mesmos a nível comunitário?

Por outro lado questionamos se as mulheres somente usam esses recursos para a sua sobrevivência? Será que elas não procuram tais recursos para outros fins como a venda por exemplo, visando alargar as suas fontes de rendimento e incrementar outras actividades? E como isto é encarrado pelos homens?

As mulheres e os homens não são de forma alguma categorias homogêneas, sendo atravessadas ambas por diferenciações de classe, *status* social, raça, entre outras. Este facto, convoca imediatamente a questão de interesses dentro destas duas categorias em relação ao uso que se faz dos recursos florestais.

Desagregando estas duas categorias, como se manifestam esses interesses nos diferentes estratos e como os rentabilizam?

Como se depreende o *problema* que está associado a este estudo, remetemos a uma dimensão analítica que poucas vezes se faz presente nos debates correntes sobre as relações de género, e revela a sua complexidade quando relacionada a gestão de recursos florestais, pois, cada sociedade possui especificidades próprias no que diz respeito ao género e aos papéis e funções que homens e mulheres desempenham no seu quotidiano como actores sociais. Assim, neste estudo procuramos desvendar esse manto e relaciona-lo com a gestão comunitária dos recursos florestais. Neste sentido, traçamos os objectivos que se seguem e que em última instância guiaram o presente estudo:

2. Os objectivos do estudo.

a) **O objectivo geral** deste estudo consiste em perceber e analisar as relações de género e a gestão comunitária dos recursos naturais, tendo como objecto de análise as diferentes formas de acesso, utilização, direitos, benefícios e os mecanismos de preservação e conservação (assentes nos usos e costumes locais e não só) que concorrem para uma gestão equilibrada e sustentável destes recursos pela comunidade de Djavula.

b) **O objectivo específico** incide essencialmente sobre os recursos florestais, ou seja, a flora, esforçando-se por perceber como é feito o seu maneo na comunidade de Djavula, e como *as relações de género e de poder nos grupos domésticos moldam ou estruturam a forma como é feita a sua gestão* ou seja, compreender até que ponto estes papéis e funções socialmente construídos, remetem a um determinado relacionamento em relação aos recursos naturais quer sejam homens ou mulheres, e de que maneira isso concorre para um maneo sustentável ou não dos mesmos.

2.1. A questão de partida e as hipóteses de trabalho.

Deste modo, e seguindo o plano de Quivy e Campenhoudt (1992), que asseguram que a questão de partida é o fio condutor de qualquer investigação social, o estudo assume esta perspectiva e sugere como questão de partida compreender e analisar *em que medida as relações de género (que remetem a relações de poder) nos grupos domésticos e na comunidade, estruturam e influenciam o maneio dos recursos florestais na comunidade de Djavula.*

Para lograr-mos os objectivos traçados, avançamos com as hipóteses de trabalho que se seguem visando a sua verificação, nomeadamente que:

Hipótese (1) *As comunidades rurais, nos seus preceitos histórico-culturais detêm saberes e práticas de maneio dos recursos naturais, que são repassados de geração em geração e que são usadas para construir formas de utilização sustentável dos mesmos.*

Hipótese (2) *Existem diferenças substanciais na distribuição de responsabilidades e autoridade entre homens e mulheres em relação ao uso e maneio de recursos florestais ao nível dos grupos domésticos e na comunidade no geral, deste modo, as actividades quotidianas dos homens e das mulheres actuam diferentemente no uso e maneio dos recursos florestais.*

Hipótese (3) *As mulheres tem falta de conhecimentos e informação acerca dos seus direitos de acesso e uso das florestas locais permitidos por lei, enquanto que os homens geralmente compreendem os seus direitos de acesso e uso destas florestas.*

Capítulo II

1. Revisão bibliográfica.

1.1. Sobre o conceito género como uma dimensão científico-analítica.

Uma diversidade de abordagens sobre este conceito é sem dúvida a sua marca indelével o que por um lado revela a sua complexidade, e por outro influências metodológicas diversas.

Todavia, estas abordagens teóricas apesar de divergirem nas interpretações que sugerem, estão de acordo que género remete imediatamente ao aspecto social e não biológico, ou seja, o factor social é profundamente determinante na análise do género e das relações de género.

O conceito de “género” “ganhou proeminência na Antropologia e nos círculos marxistas, (e em outras disciplinas e teorias) por volta dos anos 70 quando os pesquisadores procuravam um meio com vista a conceptualizar a construção social da masculinidade e feminidade. As atenções se deslocaram das preocupações biológicas – feminino/masculino, mulher/homem - para as relações sociais entre e por meio de mulheres e homens” (Mbilinyi, 1992:34).

Por sua vez, Scott (1991:1), observa que “no seu uso mais recente o conceito “género” parece ter aparecido entre as feministas americanas que queriam insistir no carácter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

Scott (idem:13), salienta ainda, que “as preocupações teóricas relativas ao género como categoria de análise só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até ao começo do século XX.”

E na mesma linha de argumentação que Loforte (2000), Scott aponta que, as abordagens na análise de género podem ser resumidas em três posições

teóricas fundamentais . A primeira, é no fundo um esforço feminista de explicar as origens do patriarcado concentrando a sua atenção na subalternidade das mulheres, buscando a sua explicação na pretensa “necessidade” do macho dominar as mulheres.

A segunda abordagem insere-se no contexto da Escola marxista, procurando um compromisso com as críticas feministas e uma explicação “material” para as relações de género. A terceira, dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objecto busca inspiração nas diversas Escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de género no sujeito, ou seja, os processos através dos quais foi criada a identidade de género.

Perante este quadro, fica patente que as abordagens que se propõem para análise do género como categoria analítica, revelam uma forte influência metodológica e de tradições teóricas que marcam os diferentes autores que se debruçam sobre esta dimensão de análise.

Por sua vez, Simone de Beauvoir (1973), na sua extontêante obra *The second sex*, observa que o género não é atribuído somente como um facto corporal mas é assumido como um “projecto”, algo construído, processual. Nesta perspectiva o “projecto” de assumir o género deve ser compreendido como algo que ocorre dentro de um campo de relações sociais que limitam a liberdade do sujeito desde o princípio. É um “projecto” incessante, quotidiano de reconstrução e interpretação permanente da realidade social plena de sanções, tabús e prescrições. De Beauvoir vai mais longe e radicaliza o seu argumento observando que *não se nasce mulher [homem] mas torna-se mulher [homem]* .

Witting (1978), por outro lado, entende o género como *proscrição e tarefa*. Na sua óptica, género é uma norma que lutamos por encarnar, pois, no seu quotidiano os indivíduos tem sido compelidos em seus corpos e mentes a corresponder à ideia de *natureza* que a sociedade estabelece para eles .

Entendemos que as posições de Beauvoir e Witting sugerem em comum e em última análise, uma teoria de género que tenta dar um sentido cultural na construção destas relações sociais. O género torna-se assim um espaço de significados culturais, um processo de interpretação dentro de uma rede complexa de normas e valores culturais profundamente enraizados na sociedade.

No entanto, é interessante expôr aqui a proposta de Barbieri (1991), no que diz respeito ao inventário que ela faz sobre prespectivas teóricas correntes sobre a análise do género que demonstram uma vez mais a variabilidade de abordagens deste conceito.

Por um lado, ela distingue os teóricos que encaram o género como sistema hierárquico de *status* social. Seguidamente, isola uma outra corrente que têm na divisão social do trabalho o fundamento das desigualdades sociais, e em última análise os teóricos que equiparam o género a um sistema de poder que deriva de conflitos sociais, centrando o seu foco nas diferenças sexuais e marginalizando outros elementos distintivos ou de diferença.

Todavia, conforme sugerem Collier e Rosaldo (citados em Moore, 1998), torna-se necessário uma conjugação entre os aspectos sociológicos e de carácter simbólico do género, no estudo das relações de género como dimensão analítica. Este facto, seria segundo estes autores, bastante fecundo, pois, os processos produtivos, políticos e económicos não podem ser analisados isolados daquilo que são de facto as percepções culturais que os actores sociais tem desses mesmos processos sociais.

De facto, “quando não se concebe o género como relação social que é, mas como oposição decorrente de traços inerentes aos distintos seres, torna-se difícil perceber a diversidade dos poderes detidos por homens e mulheres”

(Loforte, idem=36).

Estas abordagens, apesar da sua diversidade e graus de complexidade deixam transparecer uma posição a qual subscrevemos, ou seja, as relações de género resultam de uma *construção social* refletindo no fundo *relações de poder*.

Esta posição é também defendida por Meena (1992) e Young (1988), que argumentam que as relações de género derivam de papéis socialmente construídos e culturalmente variáveis que as mulheres e os homens assumem na sua vida diária como resultado de um tipo específico de socialização e que são sancionados por normas e valores defendidos pelos membros da respectiva sociedade, observando-se aqui níveis de autoridade diferenciados sempre no contexto da ideologia de género.

Contudo, Oyewùmi (1997), não está de acordo com esta posição, observando que esta idéia de “construção social” foi empolada e ampliada pelo discurso feminista ocidental⁶, como meio de sustentar que as diferenças de género não foram ordenadas pela natureza, mas sofreram mutações e deste modo não podem se comportar do mesmo modo no tempo e no espaço

Assim, segundo a mesma autora se sustentamos que género é uma construção social, então houve um tempo determinado em diferentes espaços culturais, onde foi “construído” e portanto um outro tempo anterior onde isso não se verificou.

Deste modo, argumenta Oyewùmi, se considerarmos o género como construção social então este seria um fenómeno cultural e marcado pela história, logo devemos assumir que em certos espaços culturais, africanos por exemplo, houve momentos em que o género não existiu e a imposição desta categoria liga-se ao fenómeno da colonização.

⁶ Esta autora está profundamente preocupada com a “importação” de conceitos ocidentais, que entretanto são aplicados na análise de realidades africanas, e que se mostram pouco operacionais.

Entretanto, não podemos deixar de colocar algumas reservas a esta posição, observando que é preciso ter presente que a divisão de tarefas e papéis entre homens e mulheres no seu quotidiano é um fenómeno anterior a colonização e deriva daquilo que são os preceitos das suas culturas, que encerram um conjunto de procedimentos e condutas sociais resultantes do processo de socialização. De facto, sempre existiram relações de género o que mudou foi o modelo dominante e as relações poder. É possível que em outras épocas, o modelo tenha sido mais solidário e menos hierárquico e dominador.

Allen (1993:17), por exemplo, afirma categoricamente que “a divisão específica de trabalho entre homens e mulheres que ainda prevalece na maioria das sociedades esteve sempre marcada pelas relações de género”.

Concordamos deste modo, e sempre hipoteticamente, que as relações de género no período da colonização possam ter mudado realçando ou não as suas assimetrias em termos de equidade de género, com graus de solidariedades igualmente diferentes, pois é um facto, que os contextos políticos, económicos e sociais influenciam consideravelmente as relações sociais entre os indivíduos.

Assumimos também o carácter mutável de papéis entre homens e mulheres em diferentes espaços e etapas históricas. Este facto é álias corroborado por Mbilinyi (op.Cit.,49), observando que “as relações de género são socialmente construídas e desconstruídas como resultado do comportamento dos homens e das mulheres. Elas são portanto, historicamente mutáveis sujeitas a abolição e transformação através de acontecimentos quotidianos bem como em momentos periódicos de crises e transformações.” Ou seja, mudança de modelos dominantes: socialista, de economia de mercado, colonial, tribal entre outros.

Do que acima foi exposto, somos tentados a afirmar que as relações de género são de facto socialmente construídas, em processos contínuos de socialização refletindo, entretanto, relações de poder entre homens e mulheres na esfera pública e doméstica, e mesmo dentro de cada uma destas categorias,

reservando a estes, papéis e níveis de autoridade e competências diferenciados de acordo com as realidades culturais e económicas de cada sociedade.

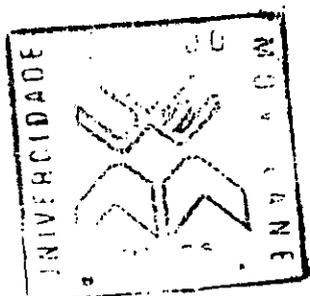
No entanto, não podemos deixar de enfatizar que as relações de poder se constróem com base num modelo dominante, e no presente caso (de Djavula) andrócratico, onde se dá relevo, importância e reconhecimento as actividades e decisões realizadas pelos homens. O poder da esfera pública (económica e política) é mais importante que o da esfera privada (subsistência e manutenção do grupo doméstico).

De facto, estes pontos aqui levantados, vão de certa forma de encontro com a realidade social verificada na Comunidade de Djavula, onde o masculino e feminino constrói-se quotidianamente obedecendo a ditames culturais (de uma comunidade patrilinear e hierarquizada) que se vão re-elaborando através da socialização e atravessando as diferentes gerações dos indivíduos, encerrando aí relações de poder.

É neste campo que estão cunhados os pilares da organização social da Comunidade de Djavula no que concerne aos papéis sociais e onde se cristalizam as identidades sociais, ou seja, como se estrutura a sociedade e qual o princípio que rege as actividades quotidianas de homens e mulheres na esfera pública e privada.

1.2. Revisitando o conceito de comunidade.

Da literatura revista constatamos que o conceito de comunidade como categoria científico-analítica foi erregida, como oposto ao conceito de sociedade. De acordo com Horkheimer e Adorno (1994:263), comunidade é no fundo “ uma espécie de contextura formada entre todos homens e na qual uns dependem dos outros, sem excepção; na qual o todo só pode subsistir em virtude da unidade das funções assumidas pelos co-participantes, a cada um dos quais se atribuí, em



princípio uma tarefa funcional; e onde todos os indivíduos, por seu turno, estão condicionados, em grande parte, pela sua participação no contexto geral."

Com efeito, e segundo Sawaia (1996:39), "foi na Sociologia, ciência emergente no início do século XIX, que comunidade elevou-se a categoria analítica central do pensamento social, e se estabeleceu a antítese de comunidade e sociedade, como expressão do contraste entre valores comunitários e não comunitários, respectivamente."

Este facto é também reconhecido por Nisbet (1994:255), salientando que "não há dúvida de que a redescoberta da comunidade constitui o facto mais notável na evolução do pensamento sociológico do século XIX. Seus efeitos ultrapassaram a área da teoria social estendendo-se à Filosofia, à História, à Teologia e a outras disciplinas, a tal ponto que a matéria se transformou num dos temas predominantes das obras especulativas do século".

Nisbet, considera que "no sentido em que o termo [comunidade] é empregado por muitos pensadores dos séculos XIX e XX, abrange todas formas de relacionamento caracterizadas por um grau elevado de intimidade pessoal, profundidade emocional, engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo." (idem : ibidem)

Porém, foi o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1944), que criou uma tipologia onde estabelecia uma dicotomia entre comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*). A comunidade repousa em três vectores: o sangue, a vizinhança e a amizade, sendo o sangue o seu elemento constitutivo e o trabalho e a crença, a sua base de construção. Por seu turno, a sociedade é marcada pelo individualismo, competição e conflito, onde os indivíduos estão vinculados, mas divididos. Resumindo para Tönnies, comunidade não é uma variável ou um espaço, mas uma realidade e a causa para outros fenómenos.

No entanto, Simmel (1964), criticou o que entende como a objectivação crescente da cultura moderna e a conseqüente impessoalidade das relações sociais

a ponto de anular completamente aquela que é a subjectividade humana, criando assim um conjunto de condições para a emergência de um tipo de comunidade que ele prefere designar de “sociedade secreta”, onde os valores ligados a comunidade tais como a solidariedade, harmonia e a moral estão presentes.

Freud (1976), concorda de certa forma com a natureza “homogeneizadora” da comunidade, contudo mostra algumas reservas, alertando para uma dimensão que ele considera de negativa e injusta de considerar todos indivíduos iguais em desejos, necessidades e expectativas, um discurso que normalmente acompanha o conceito de comunidade.

Estamos de acordo com Freud, de facto, não se pode considerar de forma alguma a comunidade como algo homogéneo e sem assimetrias. Pois, os actores sociais têm aí diferentes papeis e competências, diferentes formas de acesso e controlo de recursos e conflitos igualmente diferentes, o que resulta em assimetrias quer nas suas expectativas e desejos. A estrutura social da comunidade em si, é um exemplo flagrante desta apreciação sendo fruto de relações de poder muitas das vezes baseadas na linhagem. Geralmente, existem relações de poder económico e de linhagem dentro da comunidade que determinam o acesso aos recursos e a distribuição e controlo dos benefícios.

Com efeito, há que ter em atenção que os processos de transformação social constantes, quebram de algum modo, esta pretensa homogeneidade da comunidade, acentuando ou não exclusões sociais, redimensionando as relações de poder, sugerindo assim novas expectativas.

Dikeni *et al* (1996), todavia, consideram por sua vez comunidade como um espaço, unidades económicas e como laços de parentesco, relações sociais e entidades culturais. Como espaço remete-nos a uma determinada localização geográfica. Como unidade económica à relações económicas, onde diferentes grupos partilham interesses comuns, controlam determinados recursos e praticam actividades económicas semelhantes para sua sobrevivência. E como laços de parentesco e relações sociais, subjaz a ideia de indivíduos com a mesma história;

conhecimentos, crenças, moral e costumes. A força desta "identidade comunitária" depende do grau deste relacionamento.

Não podemos deixar de compartilhar com Dikeni *et al* e Nisbet alguns pontos de vista, ao considerarem a localização geográfica, as relações sociais, os laços de parentesco, interesses comuns, engajamento moral, aspectos culturais e a continuidade no tempo como factores a ter em conta quando se pretende explicitar o conceito de comunidade.

Com efeito, a linha teórica apresentada por estes dois autores encerram alguns aspectos por nós verificados em contacto com a realidade social da comunidade de Djavula, onde os grupos domésticos e grande parte da população local compartilha o mesmo parentesco, pertencem ao Clã Tembe, compartilham interesses comuns⁷ e são depositários e guardiões de uma cultura igualmente comum .

A Comunidade de Djavula, é deste modo um complexo de relações sociais, um complexo de idéias e sentimentos identitários ou seja um espaço de reclamações identitárias e territoriais, históricas e mutáveis que se reafirmam quotidianamente .

1.3. Sobre o manejo florestal comunitário.

É importante antes de mais e após visitar a literatura disponível, trazer-mos aqui o entendimento que os diferentes autores têm sobre o que de facto são recursos naturais no geral e recursos florestais em particular.

De acordo com Rodda (1993:9), "um recurso natural é uma parte ou produto do meio ambiente local que tenha uso e valor para os habitantes da terra. Estes produtos são muitas vezes classificados em função de serem renováveis ou

⁷ No que respeita a melhoria das condições de vida por exemplo : vias de acesso, saúde, educação, furos de água entre outras.

não renováveis. Por exemplo as florestas podem ser re-plantadas e renovadas, mas o carvão mineral e outros combustíveis esgotam-se e não são renováveis.”

Esta aceção está de acordo com a de Dehlot (op.Cit.,72), que também agrupa os recursos naturais nas duas categorias avançadas por Rodda, observando todavia que os recursos naturais renováveis podem ser incrementados em qualidade e quantidade e que por sua vez os não renováveis são finitos em termos de quantidade, porém a sua qualidade pode ser melhorada sob certas bio-condições e com uma boa gestão.

Com efeito, recurso natural é considerado como sendo tudo quanto a natureza oferece como por exemplo produtos florestais madeiros e não madeiros, fauna bravia, recursos marinhos, água, terra, etc., que podem ser usados para satisfazer uma necessidade humana (DGIS, 1989, Negrão *et al*, 1996).

Subscrevemos no geral as aceções acima sugeridas, de facto um recurso natural é algo que a natureza põem a disposição dos indivíduos, fazendo estes o seu uso para diferentes finalidades. Todavia, alertamos para o facto de que uma floresta pode chegar a extinção e mudar as suas características naturais com uma exploração intensiva principalmente se a sua localização for sensível por exemplo num ecossistema frágil (em encostas ou terras fracas).

De facto, algumas florestas localizadas em ecossistemas vulneráveis, por exemplo dunas, podem deixar de ser um recurso para utilização directa pelos seres humanos, pela função que representam na protecção ambiental. As florestas que impedem a erosão e as que propiciam a conservação de nascentes de água, porque encerram estas características levam a que segundo a lei sejam consideradas como reservas ou que as comunidades lhe atribuam o estatuto de sagradas.

No que concerne aos recursos florestais que são parte do nosso estudo, Matakala (1998:1), afirma que “os recursos florestais em si, podem abranger desde árvores, vida silvestre, peixe, água, ervas, até ao ecoturismo”.

Concordamos com Matakala que apresenta uma perspectiva abrangente, argumentamos porém, que o ecoturismo não se enquadra na categoria de recurso florestal, sendo sim uma forma de exploração dos recursos naturais, quer sejam florestais ou não.

Contudo, os produtos florestais também podem-se agrupar em duas categorias segundo a sua utilização : os madeiros (Lenha, madeira, carvão vegetal) e não madeiros (arbustos, ervas, plantas medicinais, vegetais). De facto, Mushove (1999), afirma também que, os produtos florestais não madeiros incluem todos os produtos florestais excepto a madeira. Estes incluem aqueles materiais obtidos das árvores tais como a resina e as folhas, assim como qualquer outro produto das plantas.

No que diz respeito ao manejo florestal, praticamente por volta de 1970 em diante é que começa a ganhar eco como um meio eficaz e a ter em conta na sustentabilidade dos recursos florestais dada a cada vez mais crescente pressão sobre estes recursos. Foi por estas alturas que o conceito de “floresta comunitária ou social” começa a ser implementado junto as comunidades rurais (Leroy, 1993).

Com efeito, vários autores e a própria FAO têm se debruçado sobre esta temática publicando uma contínua série de estudos e propostas de manejo comunitário de recursos florestais. Mas o que é que a literatura revista considera manejo florestal comunitário?

Matakala (op.Cit.,1), afirma que “de um modo geral pode ser definido como o controle, uso e manejo de florestas ao redor pelas comunidades locais (os usuários) para o seu próprio benefício e sustentabilidade do(s) recurso(s) a longo termo. Além dos benefícios fornecidos as comunidades, a sustentabilidade do mesmo é chave.”

O manejo florestal comunitário consiste fundamentalmente em tomar decisões sobre o que de facto pretendemos fazer com a floresta, tendo em consideração o que podemos fazer com ela e deste modo deduzir o que dela devemos fazer (Vaunière, 1975).

Por sua vez, Mansur (1998:22), observa que “fala-se de manejo florestal comunitário quando a comunidade local participa activamente ou é responsável pelo uso e conservação dos recursos florestais que lhes rodeiam, utilizando-os de forma sustentável (por exemplo não cortar árvores de frutos , não cortar árvores sagradas ou para rituais, não cortar árvores verdes para lenha mas sim aproveitar os ramos e material seco).”

Depreende-se assim, que o manejo florestal comunitário, e neste facto os diferentes autores estão de acordo, sugere uma programação espaço-temporal das actividades siviculturais que se desenvolvem numa floresta com o objectivo claro de aí obter um conjunto diversificado de bens e serviços de forma sustentável, ou seja, o manejo florestal comunitário deve fazer o melhor uso possível dos recursos, considerando as limitações biológicas, sócias, económicas e até políticas.

Segundo a FAO (1985), os sistemas de manejo florestal comunitário encerram um conjunto de regras e procedimentos locais que vizam regular o uso dos recursos florestais. Estes sistemas têm uma certa dinâmica e muitas vezes desenvolvem-se como resposta à situações particulares, reflectido no fundo uma variação de factores ligados a cultura, demografia, política, ecologia e economia.

Na verdade, verificamos na comunidade de Djavula que a observância de regras locais no que concerne a preservação e consevação dos recursos florestais e que no fundo emanam da cultura local, fazem parte do seu quotidiano, e a sua regulação visa sobretudo tornar susténtavel a sua exploração como factor decisivo para a sobrevivência da população local.

Assim sendo, concordamos com os autores acima referênciados, acrescentando contudo que o manejo florestal comunitário deve ser visto como um programa de utilização de recursos florestais que se pretende regular e com algum controle ligado a medidas protectivas e de conservação⁸, com o objectivo de manter ou até aumentar a produtividade e regeneração da floresta.

Capítulo III

1. O quadro teórico-analítico.

A integração da dimensão do género como categoria a ter em conta na gestão sustentável dos recursos naturais, liga-se as políticas levadas a cabo pelos diversos governos e organismos internacionais no que concerne ao desenvolvimento sustentável.

No âmbito deste debate sobre desenvolvimento sustentável, e por volta dos anos 80 surgiram teorias que ganharam algum protagonismo como forma de explicar ou compreender a relação entre os recursos naturais e as relações de género, relançando um debate até então pouco presente.

A primeira teoria foi desenvolvida por Shiva (1989), Hynes (1989) e Davies (1989), denominada "*Eco-feminismo*", que partia do pressuposto de que a subjugação e conseqüente subalternidade das mulheres e a dominação da natureza foram causados pelo mesmo sistema : o patriarcado.

Segundo Shiva (1989) , as mulheres, enquanto vítimas da violência e de formas patriarcais de desenvolvimento, posicionam-se geralmente contra estas formas, de maneira a protegerem a natureza e a preservarem a sua sustentabilidade e sobrevivência.

⁸ É importante referir aqui que conservação de um recurso remete-nos a um uso sustentável do mesmo, e que preservação de um recurso sugere que esse recurso não deve ser utilizado, não deve ser mexido.

Como ferramenta analítica esta teoria sugere em última análise que devemos prestar a nossa atenção na compreensão e consequente descodificação dos fenómenos e mecanismos de dominação a que os homens recorrem para subjugar as mulheres e perpetuar a sua subalternidade, no acesso e controlo dos recursos naturais.

Por outro lado, Agarwal (1989 e 1997b), propôs como linha teórica para a análise das relações de género e recursos naturais, uma abordagem conhecida como "*Ambientalismo feminista*" que no essencial, argumenta que a posição sócio-económica da mulher, está relacionada ao acesso e controlo dos recursos naturais. De acordo com esta linha teórica, a relação entre os indivíduos e o meio ambiente é, em primeira instância determinada pela forma como a produção, reprodução e distribuição estão organizadas na sociedade (prevalecendo as relações de género, classe e raça).

Os aspectos que imediatamente retemos nesta abordagem teórica em relação ao género e os recursos naturais, é a posse de, o acesso a e o direito de uso dos recursos naturais em combinação com os efeitos da discriminação ou exclusão social. Com efeito, "o acesso ao recurso não garante autonomia, não determina a participação na tomada de decisões, assegura simplesmente a solução de necessidades práticas para sua manutenção" (Casas *et al*, 1998:V).

Um outro polo teórico nesta temática emergiu nos países em desenvolvimento junto a um grupo de intelectuais, ficando esta perspectiva teórica conhecida como "*Mulheres e meio ambiente*". O seu pressuposto base é de que prevalecem diferenças nas responsabilidades, actividades e autoridade de homens e mulheres em relação ao uso e maneiio dos recursos naturais. As mulheres surgem neste âmbito como as maiores usuarias e gestoras do recursos naturais dada a suas responsabilidades domésticas e como as principais vítimas da degradação ambiental. (DGIS, 1997).

De acordo com Dankelman e Davidson (1989), pelo facto de as mulheres fazerem um uso bastante intensivo dos recursos naturais, elas desenvolvem um

profundo conhecimento acerca destes recursos que podem ser usados no desenvolvimento de técnicas para o seu uso sustentável.

Identificamo-nos com a operacionalidade desta última abordagem teórica, e adoptamo-la no presente estudo, contudo, não perdendo de vista a perspectiva de género no tratamento deste assunto, pois em última instância as relações de género como temos vindo a salientar, remetem-nos a relações de poder que por sua vez, determinam os níveis de responsabilidade, autoridade, benefícios, acesso e controle em relação aos recursos ao nível dos grupos domésticos e na esfera pública .

E porque estamos a analisar como ocorre o manejo florestal comunitário aliado as relações de género este instrumental teórico, oferece-nos uma perspectiva de análise que consideramos pertinente para podemos desvendar como ocorre a distribuição de competências quotidianas e os conflitos que subsistem entre homens e mulheres no seio dos grupos domésticos e na comunidade em geral, no que diz respeito a gestão destes recursos.

De facto, e como sugere Conceição (1999), “do ponto de vista da compreensão dos fenómenos sociais em processos que põem em relação o[s] recurso[s] e a maneira como as pessoas / Comunidades / Povos se relacionam entre si e com o[s] recurso[s], temos que considerar uma multitude de problemas: estratégias de acção, modos de normação, formas e mecanismos informais de resolução de conflitos [e relações de poder].”

2. Metodologia.

Num primeiro momento tivemos um contacto prévio com a literatura disponível sobre o tema em estudo em diferentes bibliotecas, nomeadamente da UFICS, CEA, Faculdade de Letras e Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, isto ao nível da Universidade Eduardo Mondlane com o objectivo claro

de reforçarmos o nosso entendimento sobre o propósito do estudo, esta literatura constituiu o conjunto das nossas fontes escritas.

Tivemos seguidamente, o privilégio de trocar impressões com especialistas e docentes ligados a problemática de género e gestão de recursos florestais, conversas essas que tomo-las num exercício permanente ao longo da efectivação do presente estudo visando sobretudo intereirarmo-nos sobre os debates correntes em volta do tema que pretendíamos analisar, dando assim início a obtenção de dados através das fontes orais.

Ainda como técnica de colecta de dados, realizamos também, um conjunto de entrevistas semi-estruturadas e conversas informais com mulheres e homens adultos residentes na comunidade, bem como visitas a alguns grupos domésticos sempre numa base aleatória⁹, isto no momento do trabalho de campo que teve lugar de 4 de Março à 2 de Abril de 2001 .

Nestas entrevistas e conversas tivemos o necessário cuidado de deixar os nossos interlocutores exprimirem-se livremente de acordo com a sua percepção da realidade social e os seus quadros de referência o que nos permitiu de algum modo reavaliar algumas questões que pretendíamos abordar.

Todavia, não podemos deixar de assinalar, as vantagens desta técnica de recolha de dados que se caracterizam no carácter "liberal" e flexível na formulação e sequência das questões a abordar, e a possibilidade de aplicação de processos de comunicação e interacção, permitindo retirar daí bastante informação o que de certa forma motivou a escolha desta técnica .

Esta nossa presença no terreno foi acompanhada de um exercício de observação participante visando sobretudo tentar perceber e compreender junto à comunidade os pressupostos que regem as relações quotidianas dos seus actores

⁹ Visitamos cerca de quinze (15) grupos domésticos e efectuamos entrevistas a pelo menos trinta (30) pessoas divididas em igual número homens e mulheres em vários momentos .

sociais¹⁰. Pois, de acordo com Iturra (1986:125 citado por Loforte, 2000:14), “ a observação participante no trabalho de campo visa, por um lado, construir o documento, e, por outro, acumular informação sobre o mesmo povo para contextualizar melhor o seu comportamento”.

No entanto, são sobejamente conhecidas as dificuldades que esta técnica de obtenção de dados encerra, nomeadamente no que diz respeito a aceitação e tolerância de um estranho no contexto social de um grupo ou comunidade. Contudo, o facto de possuímos conhecimentos seguros da língua local motivou a nossa opção por esta técnica e já no terreno este facto facilitou a nossa integração no contexto social local. Não podemos deixar de assinalar aqui a simpatia do régulo local e de uma enfermeira reformada muito respeitada na comunidade, que ao nos darem abrigo e oportunidade de circular com alguma frequência conjuntamente com eles garantiram a nossa aceitação na comunidade.

No que diz respeito a identificação de espécies florestais, esta foi feita com ajuda de um guia para os nomes locais e de um técnico botânico, para os nomes científicos, ao que se seguiu a confirmação dos nomes científicos de acordo com Koning (1993), tendo como base os nomes locais .

Todavia, algumas dificuldades se puseram ao longo do estudo destacando-se o facto de ter-mos sido forçados a interromper o trabalho de campo devido a fortes precipitações atmosféricas que amiúde se fizeram sentir em Matutuine a quando da nossa presença no terreno, porém, para nossa fortuna detinhamos por essa altura considerável informação.

O facto de não termos tido contacto com um número suficiente de homens imigrantes que normalmente regressam a Djavula para curtas férias em tempo de

¹⁰ Destacamos aqui as visitas efectuadas as machambas, aos locais da produção de carvão e da *Sura*, e também a nossa presença em duas cerimónias distintas : uma cerimónia fúnebre e a inauguração de um posto médico, entre outros momentos do quotidiano da Comunidade de Djavula, o que permitiu o reconhecimento e aceitação da nossa presença por parte da comunidade podendo participar em outros eventos, por exemplo resolução de conflitos.

Páscoa¹¹ foi de algum modo um constrangimento que tentámos ultrapassar explorando o máximo possível os que tínhamos a nossa disposição que se resumiam em apenas seis homens. Estas entrevistas visaram sobretudo fazer um exercício comparativo em relação aos grupos domésticos em que o homem se encontra presente, buscando aí algumas ilações com relação a gestão dos recursos, benefícios e níveis de autoridade.

Capítulo IV

1. Resultados preliminares.

1.1. Localização geográfica da área de estudo.

Este trabalho foi realizado no Distrito de Matutuine no extremo Sul da Província de Maputo mais precisamente na comunidade de Djavula.

A comunidade de Djavula fica situada no interior do Distrito de Matutuine, distando 120Kms a Sul da cidade de Maputo, 19kms do cruzamento de *Hindane* no sentido sudeste e a 50Kms da sede distrital, Bela Vista.¹²

Segundo as populações locais a comunidade de Djavula tem como limites as comunidades de *Kassane* e *Matuvue* a Norte, *Guevana* a Oeste, *Munhai* e *Ndudua* a Este, e *Manhiane* a Sul.

Esta comunidade tal como as outras limitrófes situam-se relativamente próximas da reserva florestal de Lícuati, possuidora de uma biodiversidade invejável, destacando-se aqui a variedade de espécies arbóreas.

¹¹ Na tentativa de entrevistar especificamente este grupo de imigrantes retornamos ao terreno três dias antes da Páscoa.

¹² A distância em quilómetros foi por nós estimada, encerrando assim uma pequena margem de erro. O nosso procedimento deve-se a falta de informação mais precisa, na Administração do distrito e na literatura em geral, este facto aplica-se também ao mapa cartográfico, o que nos forçou a fazer a adaptação em anexo.

O clima da região é considerado moderadamente tropical húmido, com temperaturas médias anuais que variam de 22,9 °C e 22,6 °C nas estações meteorológicas mais próximas, apresentando uma vegetação marcadamente de floresta semi-decídua e outras secundárias, o que caracteriza grande parte da região de Matutuine (FAO,1994 ; MINED, 1986).

Os solos de Djavula são ricos em matéria orgânica e constituem um capital importante para prática da agricultura, o que álias é praticado pela comunidade local .

1.2. Breve historial da comunidade de Djavula.

De acordo com dados recolhidos junto aos mais idosos da comunidade, Djavula significa alegria, e este era o nome pelo qual o primeiro régulo da zona era conhecido¹³.

Ainda segundo as mesmas fontes, a sua população maioritariamente pertecente ao clã dos Tembe, deslocou-se da parte Sul de Maputo, à procura de novas terras para a sua fixação num processo de conquista “pacífico”, sendo que o clã até então instalado em Djavula, o dos Gumende, não ofereceu resistência à ocupação, passando a viver numa situação de subalternidade em relação aos Tembe.

Entretanto, Loforte (2000:7-72), argumenta que “Manuel de Mesquita Perestrelo, Piloto português, já documentava sobre a existência da chefatura dos Tembe por volta de 1554 ”. Por outro lado, H. Junod, citado ainda por Loforte, afirmava que ao Sul da baía encontravam-se instalados os clãs Tembe e dois sub-clãs que se tornaram independentes nomeadamente Matutuine e Maputo.

¹³ Consta que após a morte deste, sucedeu-lhe o filho de nome Jolovane, projenitor do actual régulo que entretanto, pelo facto de se encontrar a trabalhar nas minas da África do Sul, delegou o seu poder ao seu primo Venâncio Tembe bastante activo na comunidade, em detrimento do seu irmão legítimo e mais novo, pelo facto de este se mostrar “pouco activo” no que respeita as funções executivas de um régulo.

Deste modo, somos forçados a concluir, que os Tembe já há muitos anos habitam a região sul da baía de Maputo e que num processo de fixação e expansão contínuo se apoderaram do poder e assumiram então a liderança do espaço físico que actualmente é a comunidade de Djavula. Durante o tempo colonial esta comunidade permaneceu como régulo de Djavula, sendo que após a independência, foi integrado no grande Distrito de Matutuine, sem contudo ter o estatuto de posto administrativo.

Todavia, há que salientar que com a grande movimentação das populações devido ao recém terminado conflito armado aliado a procura de novas condições e oportunidades de vida novos grupos étnicos se fazem presente actualmente em Djavula respectivamente Changanas e em número ainda reduzido Matsuas.

1.3. Principais actividades económicas.

Em Djavula a economia é praticamente agrária. Pratica-se uma agricultura familiar de subsistência destacando-se o cultivo do milho, mandioca, feijão, mapira, batata doce, abóbora e diversos vegetais. Para além da prática da agricultura desenvolve-se nesta comunidade com algum sucesso a criação de algumas espécies animais tais como: bovinos, caprinos e aves.

A produção e comercialização do carvão, da lenha e da sura (uma bebida de fabrico local), constituem também uma das actividades económicas de grande relevo nesta comunidade, dada a abundância de recursos florestais que permitem a sua exploração, e que garante muitas vezes a obtenção de algum numerário pelas famílias, uma vez que segundo F. Calisto¹⁴, 41 anos de idade, : *“A comida da machamba só, não chega, é preciso dinheiro para comprar petróleo, sal, açúcar e pagar livros na escola”*.

¹⁴ Exceptuando, o régulo e a enfermeira aposentada Sra. Hagira Mussá, a identificação dos nossos informantes foi por nós alterada, pois, a maioria sugeriu-nos o anonimato.

A caça é também parte integrante das actividades quotidianas da população desta comunidade, porém, de acordo com dados recolhidos no local, esta actividade tem vindo a diminuir devido a intensa actividade levada a cabo por caçadores furtivos, que praticamente tem dizimado as espécies animais provocando deste modo a sua escassez, como se pode ler no desabafo do idoso A. Thembene, que encerra alguma nostalgia e tristeza :

“ Aqui em Djavula sempre teve muitos animais ...gazelas, porco do mato, e outra coisa . Agora já estão acabar . É essa gente que vem de Hindane, Kessane e também de Boane, para depois vender em Maputo (...) por isso agora não apanhamos nada, só com sorte”.

No que diz respeito a comercialização de produtos agrícolas especialmente o milho e do carvão esta enfrenta muitas dificuldades, devido ao mau estado das vias de acesso. Porém, a existência de um pequeno estabelecimento comercial no local, por sinal o único, permite de quando em vez a troca da produção de carvão por alguns bens de primeira necessidade tal como petróleo, óleo, açúcar e sal muito procurados na comunidade.

1.4. Organização social.

1.5. O sistema de parentesco e as alianças matrimoniais.

No que concerne a sua organização social¹⁵, e essencialmente em termos de pertença étnica os Tembe identificam-se como Rongas falantes de uma língua conhecida como Xidzinguire. A organização do parentesco deste grupo etno-linguístico é regra geral definido por via agnática. A descendência é transmitida pelos homens e os filhos pertencem a família do pai.

Em Djavula, tal como na maior parte das zonas rurais a sul do Save, as comunidades são formadas por grupos domésticos patrilineares e patrilocais,

¹⁵ Venâncio Tembe (régulo substituto) em entrevista : Djavula, 10/03/2001

constituídos basicamente por homens da mesma linhagem, suas mulheres e seus filhos solteiros.

As alianças matrimoniais são geralmente de forma monogâmica e regidas pelas normas que a cultura local prescreve e influenciadas pelos preceitos da igreja local¹⁶, sendo antecedidas deste modo por uma compensação matrimonial o chamado *lobolo*. Esta compensação matrimonial é paga ao grupo doméstico de onde provém a mulher (noiva), sendo em gado ou em valores monetários. O pagamento em valores monetários começa a ganhar terreno actualmente em Djavula, iniciando os jovens ainda muito cedo a sua poupança.

1. 6. A estrutura do poder tradicional.

No que diz respeito ao poder tradicional,¹⁷ em Djavula este é representado pelo régulo que é a autoridade suprema, coadjuvado por um conjunto de auxiliares com funções e níveis de competência diferentes.

Em traços gerais e em termos de hierarquias o poder tradicional em Djavula estrutura-se da forma que se segue:

No topo encontramos o régulo como autoridade suprema na comunidade detendo poderes executivos e até sobrenaturais, segundo os nossos informantes. É da competência do régulo dirigir cerimónias tradicionais que ocorrem na comunidade, por exemplo a cerimónia anual do "Ucanhu", ou seja, abertura da época do "Canhu" (*Sclerocarya birrea*) onde é frequente sacrificar-se um animal que é consumido no local pelos presentes acompanhado de uma bebida local .

¹⁶ Refirno-nos aqui nomeadamente a Igreja dos Velhos Apóstolos que defendem a monogâmia.

¹⁷ Constatamos que em Djavula o poder formal (administrativo) não se faz presente, visto que esta comunidade não goza do estatuto de Posto administrativo, sendo deste modo o único poder visível, o tradicional.

Nesta hierarquia do poder tradicional segue-se o primeiro régulo substituto, no caso concreto, o irmão legítimo do régulo¹⁸ e o segundo régulo substituto, primo do régulo.¹⁹

A figura que sobressai logo de seguida nesta hierarquia é curiosamente a de uma senhora que não pertencendo ao clã dos Tembe e oriunda da cidade de Maputo, detém na comunidade o mesmo nível de prestígio e influência que o actual régulo, porém trabalhando em estreita colaboração com este.²⁰ A sua colaboração com o régulo abarca todos aspectos da vida social de Djavula influenciando grandemente as suas decisões sobre variados assuntos respeitantes ao quotidiano da comunidade de Djavula. É de facto uma verdadeira conselheira do régulo.

O conjunto de auxiliares do régulo, um pouco abaixo na hierarquia, incluem os chamados *Indunas* que são uma espécie de chefes locais geralmente oriundos de famílias mais antigas e influentes da comunidade, e que desempenham a função de conselheiros do régulo ou do seu substituto. Cada *Induna* geralmente conta com dois auxiliares, os *Maphoissas*, e é responsável por uma área dentro da comunidade.

A esposa do régulo, do *Induna*, do *Maphoissa* assim como as mulheres, homens idosos e curandeiros conhecedores de plantas medicinais, gozam de respeito e prestígio dentro da comunidade.

O último estrato desta hierarquia é constituído pelo resto da população de Djavula sem qualquer atribuição em termos de poder político tradicional, porém, esta é que sem dúvida legitima em última instância o poder da autoridade tradicional, pois, esta (a população) quando em conjunto percebe que o régulo

¹⁸ A este individuo em Djavula, foi-lhe somente reservado a função de dirigir as cerimónias mágico-religiosas dada a ausência do verdadeiro régulo seu irmão.

¹⁹ Trata-se na verdade de Venâncio Tembe de quem fizemos alusão, que dada a sua grande capacidade de liderança e preocupação com os problemas da comunidade foi-lhe delegado o estatuto de régulo, todavia sem o poder de realizar ou dirigir cerimónias mágico-religiosas.

²⁰ De facto, trata-se de uma enfermeira aposentada que devido aos grandes préstimos a comunidade local (cuidados de saúde primários, educação de crianças, fomento pecuário etc.) goza de muita simpatia e é carinhosamente chamada de "Mãe da comunidade".

ou o *Induna* não cumprem com as funções a eles reservadas, reúne-se e imediatamente propõem um substituto.

Este quadro permite facilmente depreender, que estamos em presença de uma estrutura fortemente hierarquizada e masculinizada, onde exceptuando o caso de uma única mulher que fizemos alusão, as mulheres estão de facto arredadas do poder político em Djavula, facto álias que caracteriza os grupos sociais patrilineares que tende a subalternizar as mulheres nestas esferas de decisão e autoridade comunitária.

1.7. Alguns aspectos de carácter demográfico.

Djavula tem aproximadamente 240 famílias, distribuídas em três zonas nomeadamente : “industrial”, “comercial” e “residencial”. Considera-se zona “Industrial” o local onde se faz a extracção da *sura*²¹ e onde existe um número considerável de palmeiras e de árvores com grande potencial para madeira. A zona tida como “comercial” situa-se em redor do único estabelecimento comercial da comunidade. A zona “residencial” é onde se situam grande parte das habitações da população.²²

Devido a sua localização geográfica a população de Djavula maioritariamente camponesa, tem fortes ligações que remontam a vários anos com os países vizinhos nomeadamente a África do Sul e a Suazilândia .

Com efeito, durante o conflito armado estes países vizinhos serviram de lugar de refúgio destas populações, resultando daí “empréstimos” culturais que até os dias que correm prevalecem no quotidiano destas populações, por exemplo na fonética da sua língua nativa que se apropriou de alguns elementos da língua zulo e inglesa ou simplesmente nos laços de parentesco que se foram criando ao longo da sua estadia nestes contextos culturais.

²¹ Bebida tradicional extraída de uma espécie de palmeira anã.

²² Hagira Mussa em entrevista : Djavula, 12/03/2001

Todavia, actualmente as deslocações em direcção a estes países obedece a outras motivações e abrange normalmente a camada jovem da população, mais especificamente os do sexo masculino, ligando-se sobretudo a procura de novas e melhores condições de vida, ou seja em busca do antigo "sonho" das benesses das minas do *Rand* e das plantações de açúcar.

Os jovens e adultos encontram assim alternativas de emprego nestes países vizinhos, o que lhes permite redistribuir parte dos seus rendimentos pelos seus familiares com vista a melhorar o seu nível de vida. O *Rand* surge deste modo como alternativa imediata para solução de problemas que os jovens de Djavula enfrentam para a prossecução dos seus projectos de vida, incluindo-se aqui o ganhar algum dinheiro para pagar as compensações matrimoniais.

Ora, a combinação destes factores resulta que na maior parte do ano verifica-se nesta comunidade a presença de um número acentuado de pessoas idosas, crianças e mulheres comparativamente aos jovens que normalmente cheios de forças, deviam trabalhar a terra e dar uma nova dinâmica social a comunidade.

2. Principais recursos florestais explorados pela comunidade de Djavula e sua utilidade.

2.1. O quotidiano dos grupos domésticos e a exploração dos recursos florestais.

Os recursos florestais revestem-se de grande importância para as populações rurais, e em Djavula este facto é evidente. A floresta constitui para os grupos domésticos uma fonte para a obtenção de variados produtos e não só. É dentro das florestas que as populações locais recolhem a fim de evocar os espíritos dos antepassados para suplicar boas colheitas, chuvas e saúde para os habitantes da comunidade.

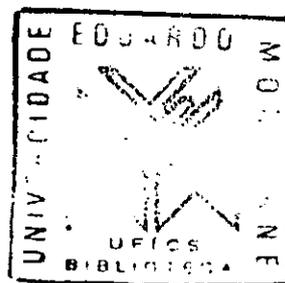
De facto, “a floresta é mais do que um potencial agrícola, ela é o local da recolha de frutos, prática de caça, de obtenção de madeira para a construção de casas, de vedações, de instrumentos, da recolha de plantas medicinais e muito mais (Meneses, 1999:14).”

Em Djavula, a exploração de recursos florestais pelos grupos domésticos enquadra-se naquilo que são as actividades quotidianas dos seus membros que remete a uma divisão social do trabalho, assente muitas vezes nas relações de género e de poder que sugerem em última instância, que a mulher ocupe o espaço doméstico, de acordo com o costume local.

Decorre deste facto que, as mulheres e as crianças geralmente ocupam-se das actividades domésticas e pelo trabalho nos campos de cultivo de onde obtém produtos alimentares, desempenhando estes um papel importante na nutrição do grupo doméstico. Vegetais como “Ntseke”(*Amarathus sp.*), “Cacana” (*Momordica balsamica*), “Guche” (*Corchorus tridens*) são consumidos pela maioria da população aumentando e diversificando a sua dieta.

A responsabilidade da mulher no quotidiano dos grupos domésticos, estende-se também a colecta de forragem para os celeiros, combustível lenhoso, plantas medicinais e na recolha de frutos silvestres. As plantas medicinais que as mulheres colhem e esforçam-se em preservar em Djavula, são essencialmente a “Ronfa” (*Annona senegalensis*), “M’pfilua” (*Vangueria infausta*), “Chibaha” (*Warburgia salutaris*), “Phalha-kufa” (*Vernonia colorata*). De acordo com estudos efectuados por Palgrave (1993), algumas destas espécies são usadas na medicina tradicional em vários países da África Austral.

No caso da lenha que serve como fonte de energia para as diferentes actividades domésticas e para aquecimento em períodos de intenso frio, as mulheres, somente colhem da floresta ramos secos de qualquer que seja a espécie, com excepção do “canhu” (*Sclerocarya birrea*), “N’sala” (*Strychnos spinosa*), “Mulho” (*Syzygium geneense*), “Macuacua” (*Strychnos madagascariensis*). Estas



espécies são produtoras de frutos silvestres comestíveis, muito apreciados na comunidade.

Este padrão comportamental em relação aos frutos silvestres verifica-se também em partes do sul do México, onde as mulheres protegem a regeneração de algumas leguminosas nativas como por exemplo *Prosopis sp.* que fornecem estes frutos e aumentam a fertilidade dos solos (Wilken, 1978 citado pela FAO, 1995).

Esta relação íntima que as mulheres desenvolvem no seu quotidiano pelas suas funções domésticas, e que pretendem satisfazer as necessidades domésticas torna-as de alguma forma responsáveis no sentido de preservar e aumentar a base de recursos florestais, quer para cuidados de saúde quer de alimentação, uma vez que, segundo C.Tembe, de 35 anos de idade e mãe de três crianças :

“Estas plantas nos ajudam quando temos fome (...) também quando estamos doentes . O hospital é longe, é em Mandjoro - Bela Vista, alguém pode morrer antes de chegar lá. Por isso proibimos cortar algumas plantas que nos ajudam assim de qualquer maneira. Também quando podemos plantamos para sempre termos.”

Algumas mulheres dedicam-se também a produção e comercialização do carvão tal como os homens visando aumentar as fontes de rendimento dos grupos doméstico. Porém, verificamos que a maior parte das mulheres que se ocupam desta actividade são solteiras, viúvas, separadas e as que tem os seus parceiros a trabalhar nos países vizinhos.²³

Nos casos em que o marido se encontra presente geralmente este comparticipa na destronca e queima do carvão deixando a sua comercialização a cargo da esposa, sendo que nestes casos o controlo dos rendimentos é feito pelo marido, o que não acontece com as solteiras, viúvas e as que tem os seus parceiros a trabalhar nos países vizinhos, que detêm uma certa autonomia quanto ao destino dos rendimentos, como atesta o depoimento de T. Vicente, de 26 anos de idade com o marido a trabalhar nas minas Blofonteine na África do Sul :

²³ A este último grupo de mulheres , geralmente os maridos providenciam uma moto-serra para produção do carvão e daí tirar algum rendimento, convista a sua sobrevivência enquanto estão ausentes.

“ Logo de manhã vou ao carvão, e nesse dia não vou a machamba . À tarde preparo toda comida. Quando vou ao carvão corto sozinha com catana e machado. Meu marido ainda não arranjou moto-serra. E depois de queimar vendo para pessoas de Boane, o dinheiro utilizo sozinha para muita coisa (...).”

Pode-se deste modo, compreender o lugar importante que estes recursos ocupam nas estratégias quotidianas de subsistência dos grupos domésticos bem como o interesse das mulheres em manter estes recursos .

Apesar de algumas mulheres participarem na exploração do carvão e de quem fizemos alguma referência, esta actividade em Djavula é essencialmente dominada pelos homens. A espécie preferida para a produção do carvão é regra geral a *Cleistochlamys kirkii*, localmente designada de “Nconono”.

Esta actividade insere-se na busca de rendimentos extras que assegurem a posse de numerário e conseqüentemente uma certa autoridade dos homens dentro do grupo doméstico no que concerne a alguns aspectos do dia-a-dia, como se depreende do depoimento de F. Cassamo, carvoeiro, 42 anos de idade e chefe de um grupo doméstico: *“ Quando trabalho ali [no carvão] é para apanhar dinheiro, para comprar roupa, petróleo, comprar cadeira, pagar escola e o resto guardar . Só com algum dinheiro posso fazer isso aqui em casa.”*

A extração da sura, como já referimos anteriormente, é outras das actividades relacionadas à exploração dos recursos florestais e que é desenvolvida pelos homens que entretanto, se auto-proclamam os únicos com competência e saberes para exercer esta actividade.

A gestão das áreas de exploração (da sura) é da sua inteira responsabilidade, e a sua autoridade faz-se aí sentir através da proibição das mulheres e outros estranhos fazerem a exploração destes recursos, pois, os homens retiram daí algum numerário. Todavia, nesta actividade a comercialização desta bebida é feita pelas mulheres, sendo que os rendimentos que daí provém retornam aos maridos que se encarregam de fazer a sua gestão no contexto da economia diária do grupo doméstico, pois, segundo A . Cumbane, de 37 anos de idade e chefe de um grupo doméstico: *“ Nós [os homens] é que sofremos no mato,*

a tirar a sura, mulher só vende por isso tem que trazer dinheiro para eu dizer o que vai fazer (...)."

Diante deste cenário, em que objectivamente, se desvaloriza e se desqualifica a competência das mulheres na exploração da sura remetendo-a somente a sua comercialização, sem contudo ter algum controlo e poder de decisão sobre o destino dos seus rendimentos, verificamos que estamos em presença de uma desigualdade na gestão quotidiana dos recursos e no acesso aos seus benefícios, assente em pressupostos sociais fortemente masculinizados que simplesmente pretende em última análise reduzir a insignificância o nível de competência, destreza e saber das mulheres o que não corresponde a verdade, porque na verdade, segundo A. Cassane, mulher de 30 anos de idade: "*Tirar sura não é nada eu posso fazer isso, não custa . É porque dizem que é coisa de homens, mulher só deve vender .*"

A floresta serve também como uma espécie de "estaleiro" de materiais de construção para habitação, celeiros e até de mobiliário. A colecta destes materiais é geralmente feita pelos homens que tratam de assegurar a sua preservação e regeneração. Das espécies mais usadas nestas actividades destacam-se o "M'phissu" (*Albizia versicolor*) e "Kulho" (*Trichilia emetica*) para fabrico de utensílos domésticos, "Chitaca" (*Bruguiera gymnorrhiza*) em que se aproveitam estacas e varas, "Lhanga" (*Phragmites mauritianus*) na construção de habitações e celeiros. Segundo observações feitas no terreno, a maior parte das habitações das populações foram edificadas com base em material local sendo a floresta a sua principal fonte. As características mais importantes das espécies acima referenciadas são sem dúvida a dureza, comprimento e durabilidade.

Entretanto, e porque os membros do grupo doméstico tem muitas vezes diferentes interesses em relação aos recursos florestais como constatamos, os jovens por exemplo dedicam-se também a produção do carvão e sua comercialização, procurando acumular por si mesmo o dinheiro necessário para as despesas que se impõem numa futura aliança matrimonial que passa necessariamente pelo *lobolo*. Os jovens procuram desta forma ter alguma

autonomia em relação aos mais velhos, sem contudo quebrarem a coesão e equilíbrio do grupo doméstico, porque segundo S. Manuel, um jovem de 25 anos de idade, por nós entrevistado :

“ É melhor começar a juntar dinheiro agora enquanto é cedo, porque os velhos podem não ter nada quando chegar a hora de lobolar. Também corto carvão sozinho e não deixo ninguém estragar as árvores, por isso todo dinheiro é meu, as vezes dou um bocado a minha mãe ”

Este panorama que temos vindo a debruçarnos no que diz respeito a relação que os grupos domésticos e mais especificamente os seus diferentes membros, mantêm com os variados recursos florestais em Djavula, permite-nos sugerir que estamos diante de interesses e competências quotidianas diferenciadas, com níveis de autoridade, responsabilidade (no maneo dos recursos) e tomada de decisões igualmente diferenciadas âncoradas em relações de género e de poder que de forma alguma não sugerem uma paridade de género.

3. Sobre a propriedade dos recursos florestais em Djavula.

3.1. Formas de acesso e controlo dos recursos florestais.

Em Moçambique formalmente as áreas florestais são regidas pela Lei de florestas e Fauna Bravia (lei nr.10/99), que estabelece uma legislação vizando a protecção, conservação e acesso aos recursos florestais e faunísticos em regime de licença de exploração.

Todavia, em Djavula o acesso as áreas florestais e consequentemente aos recursos florestais rege-se por normas costumeiras, que no fundo são uma extensão das normas que regem o acesso a terra, o que está de acordo com Carrilho (1995), uma vez que a ocupação do território rural faz-se, em geral, em associação com o aproveitamento dos recursos naturais renováveis associados a terra.

Segundo nossos informantes, os recursos florestais em Djavula são pertença da comunidade e não reconhecem as formalidades exigidas por lei, pois, estes [os recursos] segundo eles foram herdados dos seus antepassados, passando de geração em geração.

Este, na verdade, é o sentimento geral, porém quando questionamos a maior parte dos homens sobre se tinham conhecimento sobre a existência de licenças de exploração de áreas florestais argumentaram afirmativamente. Em contraponto as mulheres não tem informação e desconhecem por completo os seus direitos de acesso e uso das áreas florestais, formalmente articulados por lei.

Neste caso, em Djavula, pertencer a comunidade é condição básica para ter direito de acesso a terra e aos recursos florestais²⁴. Cada indivíduo, sem distinção do seu estatuto social, possui o direito de acesso aos recursos enquanto membro de uma rede de parentes. Os seus direitos e responsabilidades dependem invariavelmente da sua integração nesta rede.

Por conseguinte e em última instância, é no contexto desta rede de parentesco que se definem as áreas de exploração de recursos, como por exemplo o carvão e a extração da sura, duas das principais actividades ligadas a exploração de recursos florestais. Cabe ao chefe do grupo doméstico, neste caso o homem, dividir entre os seus próximos as áreas de exploração dos recursos dentro daquele que é o espaço familiar herdado dos seus antepassados ou seja, as terras da família.

Os filhos varões quando atingem a maioridade e estabelecem alianças matrimoniais, para além de usufruírem de terras para cultivo beneficiam de uma determinada área nos campos de exploração da sura, o que não se verifica em relação as filhas, que somente recebem uma pequena área para cultivo a qual conservam os direitos depois do casamento e que utilizam em caso de ruptura da

²⁴ Aos forasteiros, é rigorosamente proibido que explorem os recursos florestais locais. Todavia, se fixarem residência na comunidade num mínimo de dois anos e estabelecerem uma aliança matrimonial com uma jovem local, podem solicitar ao régulo que lhes conceda uma área de exploração.

aliança matrimonial, pois, a extração da sura é, pelo costume local, reservada aos homens .

A explicação para este procedimento radica numa pretensa falta de “competência” e “destreza” das mulheres na extração da sura, como temos vindo a sublinhar, o que no fundo revela indícios de uma relação de género com base num modelo patriacal, como álias demonstram claramente os nossos informantes:

“ A terra da minha família é esta. Eu é que entrego aos meus filhos basta serem crescidos e ter mulher, mas o lugar para tirar sura é só para homens, as mulheres não tem direito, não tem lugar, porque não sabem tirar sura (...) isso é trabalho de homem”

No mesmo âmbito, um outro informante esboçou a este propósito o seguinte comentário :

“ (...) mulher só estraga a sura , vender está bem, porque não custa é só sentar , agora tirar sura mulher não pode, não tem maneira por isso não pode ter terra para tirar sura (...)”

Estes factos, convocam imediatamente a idéia de que se está em presença de uma situação de acesso e controlo dos recursos pelos homens, que demonstram aí toda a sua autoridade e poder, apesar de por exemplo serem as mulheres que comercializam a bebida, como temos vindo a explicar.

3.2. Mulheres divorciadas e viúvas e o acesso aos recursos florestais.

A roptura da aliança matrimonial, ou seja, separação, pode encerrar um conjunto de problemas para a mulher no acesso as áreas de exploração dos recursos florestais, apesar de esta situação não ocorrer com muita frequência em Djavula.

Com efeito, a mulher pode perder o direito de usufruto dos recursos nos territórios do grupo doméstico do seu parceiro visto que as alianças

matrimoniais são virilocais, o que obriga a mulher muitas vezes a retornar ao seu gupo doméstico e explorar a área que lhe foi destinada junto com os seus irmãos varões, permitindo-lhe por essa via ter algum controlo sobre o destino dos rendimentos dos recursos explorados, muita das vezes o carvão e o milho nas áreas de cultivo, tal como ilustra J. Cambe, 34 anos de idade e vendedeira de sura:

“ A minha irmã voltou para casa. O marido dela está sempre bêbado, é só discussão (...) ela perdeu o terreno dela de carvão porque era do marido. É sorte ela ter aqui em casa o terreno dela que queima carvão e vende em Boane e troca com alguma coisa ali na loja (...)”

Verificando-se também a morte do marido a situação pode também complicar-se para a mulher, apesar de a morte não dissolver as alianças matrimoniais entre os grupos domésticos, de acordo com o normativo costumeiro que caracteriza a comunidade de Djavula. A morte de um dos parceiros pode despoletar novas relações sociais entre os grupos domésticos, via novos consensos, que permitam a permanência da viúva nos espaços do grupo doméstico do seu parceiro explorando aí os recursos, contudo, reservando-se a esta a prerrogativa inequívoca de expulsá-la imediatamente quando a mulher quebrar as obrigações decorrentes do *lobolo*.

A mulher ao permanecer no grupo doméstico do marido, entretanto falecido, passa deste modo a ter acesso e controlo (delegado) por exemplo às áreas de exploração da sura ou do carvão, que eram pertença do marido, sendo esta uma prática comum na comunidade, podendo a mulher viúva contratar os serviços de um homem ou ajuda dos filhos para fazer a sua produção contra o pagamento de um valor monetário que ela determina (em caso de contrato), verificando-se deste modo uma situação de acesso, controlo e benefícios em relação aos recursos florestais, como sintetiza F. Nhate, uma viúva de 47 anos de idade, por nós entrevistada :

“ O meu marido dexou comigo o lugar dele de tirar sura, queimar carvão e machamba. Agora eu falei com alguém para fazer o trabalho de sura para mim. Mas queimar carvão eu queima com os meus filhos e arranja dinheiro para viver. A família do meu marido não chateia talvez quando arranjar outro homem sem falar com eles (...)”

Noutro sentido e no que respeita aos viúvos, estes facilmente sem restrições podem estabelecer novas alianças matrimoniais (ter novas mulheres), sem no entanto, pôr em risco a sua autonomia e direitos no acesso e controlo dos recursos florestais e os benefícios daí decorrentes.

4. Práticas locais de manejo dos recursos florestais.

4.1. O saber local e o uso sustentável dos recursos florestais.

A valorização do saber local começa a ser um paradigma muito actual em várias áreas na actualidade. A proposta de Lyotard (1989) vai nesse sentido, quando argumenta em *“A Condição pós-moderna”* que acabaram-se as metanarrativas, os saberes globais e prescritivos, vivemos uma época em que muitos desses saberes tem-se mostrado ineficientes e pouco pragmáticos em relação aos diversos e complexos problemas que a sociedade actual está enfrentando, deste modo, segundo Lyotard deve-se promover o saber e o conhecimento local que as pequenas comunidades epistémicas detêm.

Com efeito, Meneses (2000) Citando (Brush, 1993, Alcorn, 1994, e outros autores), assegura que nos últimos anos, o crescente interesse sobre a importância do conhecimento local na manutenção dos recursos provocou uma alteração do paradigma sobre o modo em que o conhecimento local é observado : de uma posição onde apresentavam os sistemas de conhecimento locais, nativos, como rudimentares, e mesmo selvagens, hoje reconhece-se o conhecimento profundo que as comunidades detêm sobre o local (plantas, animais, recursos físicos, clima, etc) .

No que diz respeito ao manejo de recursos naturais, e mais especificamente os florestais, geralmente as populações rurais através de conhecimentos e práticas locais, conseguem manter um balanço harmonioso com o meio ambiente em seu redor evitando por exemplo o desflorestamento, a erosão e outras mazelas a natureza. A título ilustrativo pesquisas efectuadas na Tanzânia por Kilahama (1991), demonstram que as populações rurais detém saberes tradicionais no que concerne ao uso e manejo dos recursos naturais, e que esse conjunto de saberes e práticas são usados quotidianamente como um mecanismo eficiente na busca de soluções para problemas ambientais. Estes saberes e práticas adquirem assim um carácter de “especialidade” âncoradas nas estratégias quotidianas de manejo dos diferentes recursos naturais garantindo assim a sua sustentabilidade a longo prazo.

Em Djavula, por intermédio da nossa presença no terreno e das conversas mantidas com a população local deparamos com o mesmo padrão comportamental em relação a natureza, onde este saber e práticas são transmitidos de uma geração para outra fazendo parte do *locus* cultural local, que se vai dessiminando ao longo deste processo contínuo de aprendizado que é a socialização. Por exemplo qualquer adolescente nesta comunidade sabe que de forma alguma se deve derrubar a árvore da “M’pfilua” (*Vangueria infausta*), ou maltratar a “Ronfa” (*Ammona senegalensis*) e a Mafurreira, devido a suas diversas utilidades, entre as quais medicinais e como fonte de frutos silvestres.

De uma forma geral, estes saberes e práticas são oportunamente repassados aos mais jovens, invariavelmente, quer pelas mulheres quer pelos homens mais velhos nas suas actividades quotidianas. As mulheres porque de quando em vez se fazem acompanhar pelas suas filhas quando vão a colecta de lenha explicam as suas filhas quais, por exemplo, os ramos e de que tipo de espécie devem colher, destacando nesse momento o valor social das espécies normalmente proibidas, por causa da sua difícil regeneração ou uso na medicina tradicional e outras utilidades. A *Ammona senegalensis* por exemplo é tida pelas populações locais como tendo um poder mágico e de cura para diversas

enfermidades, o que sempre que oportuno é explicado aos mais jovens, contribuindo assim para a sua conservação.

Os rapazes quando fazem companhia aos seus pais na produção de carvão são aconselhados sobre as espécies que se devem aproveitar ou não nesta actividade bem como o seu potencial energético e sobre as formas da sua regeneração rápida. A título de exemplo o "M'pissu" (*Albizia versicolor*), a Chanfuta (*Azelia quanzensis*), a "N'sala" (*Strychnos spinosa*) e "Xilati" (*Sipirostachys africana*) são de difícil regeneração e de grande valor para a comunidade sendo por isso vedado o seu abate.

Estes saberes e práticas vão se construindo assim, nas actividades quotidianas e inculcadas aos jovens ao longo da sua vida e responsabilizando-os sobre a necessidade de preservação e conservação dos diferentes recursos naturais que a natureza oferece, pois, segundo F. Gumende, de 48 anos de idade :

"Isto [os recursos] é nosso é preciso tomar conta. A nossa vida está ali no mato. Se o mato acabar de qualquer maneira a nossa vida vai ser difícil, muito difícil mesmo".

Algumas espécies arbóreas geralmente encerram nas comunidades rurais alguns valores culturais fazendo parte da cosmogonia das suas populações. Em Djavula também verifica-se este fenómeno. Deste modo, por exemplo a Chanfuta (*Azelia quanzensis*), o "Canhu" (*Sclerocarya birrea*) e o "Kulho" (*Trichilia emetica*), são espécies em que normalmente à sua sombra realizam-se cerimónias tradicionais em memória dos antepassados. É a sombra da Chanfuta (*Azelia quanzensis*), tida como uma preciosidade na comunidade, que realizam-se reuniões e diversos encontros entre a população da comunidade.

A dessiminação destas normas comportamentais entre as populações, em relação aos recursos florestais e a consequente integração destes na vida da população como actores presentes nas suas vidas, pois, ao servirem de local de culto ocupam esse espaço social, assistimos a um exercício de preservação e



conservação dos recursos florestais assente em pressupostos da cultura local e que de algum modo contribuem para um equilíbrio do ecossistema .

Todavia, a preservação e conservação destes recursos estende-se também a restrição de acesso (acesso condicionado) em algumas áreas geográficas, e o caso da floresta do Lícuati é sem dúvida paradigmático desta situação.

É no Lícuati onde estão depositados os restos mortais dos antepassados da população de Djavula (os notáveis dos clã Tembe), álias os restos mortais do próprio Djavula repousam nesta floresta, segundo informações por nós colhidas. Por este facto, esta floresta está, envolta numa aúrea de sacralidade .

Por conseguinte, o acesso²⁵ aos recursos florestais nessa zona deve ser antecedida de algumas preces, contudo, algumas espécies florestais não devem ser exploradas sob risco de, segundo nossos informadores, perder-se a razão ou nunca mais encontrar-se o caminho de volta.

Este fenómeno social foi também encontrado por Gumbo (1993) no Zimbabwe, onde observa que as pessoas que desobedeçam as regras tradicionais elouquecem ou desaparecem dentro da floresta de "Jiri" (*Uapaca kirkiana*).

É por exemplo no contexto destas práticas que Negrão *et al* (1996), Argumentam que os tabus, os ditos, as crêças e outras manifestações de algum modo ligadas ao acesso e maneiio dos recursos naturais visam garantir a sua sustentabilidade a longo prazo, preservar a sua diversidade e programar o uso das espécies e dos recursos.

Constatamos assim que, os saberes e as práticas locais transmitidos aos mais jovens de geração para geração fazendo parte da cultura local e ocorrendo geralmente nas actividades quotidianas quer das mulheres quer dos homens, estão directamente ligadas a preservação e conservação dos recursos florestais e

²⁵ Não existe qualquer tipo de restrições no acesso, com base no sexo, porém, dada a densidade da floresta somente os homens a frequentam com regularidade e sempre antecedida de preces e pequenas cerimónias.

não só, e são usadas para edificar uma forma de maneio sustentável dos recursos florestais.

5. Formas e mecanismos de resolução de conflitos relacionados aos recursos florestais.

5.1. O papel da autoridade tradicional e a participação comunitária .

A forma como os actores sociais se relacionam entre si e com os recursos naturais em particular, é atravessada por um conjunto de aspectos de índole social que, de quando em vez podem remeter a uma dimensão conflituosa, requerendo para tal, formas de normação ou mecanismos de resolução dos mesmos numa base que visa, antes de mais, buscar consensos e quiça, o equilíbrio social e a sustentabilidade dos próprios recursos em causa.

Neste contexto, em Djavula, o papel da autoridade tradicional é também fundamental nesta gestão e mobilização de consensos e na aplicação de sanções severas aos prevaricadores. A autoridade tradicional é convocada a legitimar o uso e o aproveitamento dos diferentes recursos entre os membros da comunidade e pelos forasteiros sempre que surjam conflitos ou dúvidas em relação aos recursos naturais, assumindo desta forma um grande protagonismo.

De acordo com os nossos informantes, quando surgem conflitos relacionados ou não com recursos florestais, do ponto de vista comunitário ele atinge o colectivo, pois, este normalmente fica em desequilíbrio . Deste modo, os conflitos a nível comunitário são resolvidos num “comité” por um conselho comunitário constituído geralmente pelo régulo e os respectivos chefes locais, os “*Ndunas*” e os “*Maphoissas*” que dirigem a sessão com a participação activa da população sem discriminação de qualquer índole.

O “comité” situa-se à sombra de um canhueiro, onde são ascultados os vários problemas e tomadas as decisões. As opiniões das mulheres que

participam também activamente na resolução das disputas, porque são públicas, são levadas em consideração, sendo que várias vezes a sua posição prevalece, como podemos constatar no terreno.²⁶

Esta forma de resolução de conflitos e também a sua prevenção passa por encontros regulares, geralmente nas quintas feiras, onde se faz a auscultação do desenrolar da vida da comunidade e conjuntamente os seus membros procuram a solução mais viável e equilibrada para os diferentes problemas.

Um conflito recorrente e directamente relacionado aos recursos florestais em Djavula e que é interessante assinalar, é o que opõe a população local e os exploradores externos de madeira e carvão vindos da cidade de Maputo e que exploram de forma intensiva e descontrolada os recursos florestais. Diante deste conflito que não só afecta a comunidade de Djavula, mas também outras comunidades rurais, pois, dependem fortemente destes recursos, os habitantes de Djavula adoptam estratégias de controle e acção que passam pela nomeação de fiscais locais, normalmente jovens, que denunciam imediatamente à autoridade tradicional a quando da presença destes exploradores que são na verdade furtivos.

O papel das mulheres é também aqui fundamental, pelo facto de estarem em contacto permanente com a floresta devido as atribuições domésticas, elas desempenham sem dúvida um papel de relevo neste "combate", pois, em muitas ocasiões elas identificam com mais rapidez os invasores e tratam de rapidamente de denuncia-los a comunidade.

Esta atitude activa das mulheres é também frequente em outras regiões, como por exemplo no norte da Índia, onde de acordo com Chatterjee (1993), as mulheres são tidas como as verdadeiras "guardiãs" da natureza, desempenhando um papel determinante nos diferentes comités de protecção das florestas comunitárias.

²⁶ Tivemos a ocasião de assistir a uma reunião do "comité", onde discutia-se publicamente, homens e mulheres, a permanência ou não na comunidade de um indivíduo acusado de feitiçaria. A posição das mulheres que nem constituíam a maioria na ocasião prevaleceu, e o indivíduo foi expulso da comunidade.

Em Djavula, as sanções para os prevaricadores passam pela apreensão da carga quer seja de madeira ou carvão, que reverte a favor da comunidade, obrigando-se o infrator a derrubar uma árvore de grande porte com uma simples catana de dimensões minúsculas, o que como se depreende dura horas e até dias a fio, sem qualquer alimentação. Nos casos em que se constata que houve cúmplice de alguém que seja membro da comunidade, este é sujeito a expulsão imediata da mesma durante algum tempo, normalmente estipulado pelo régulo local.

As formas de resolução de conflitos e as estratégias de acção assentam assim, numa forte participação comunitária sem qualquer discriminação, onde conjuntamente homens e mulheres coordenados pela autoridade tradicional, buscam melhores soluções para os mesmos, visando em última instância um equilíbrio social saudável e da própria natureza.

Capítulo V

6. Algumas considerações finais.

Chegados a este ponto reconhecemos que, de forma alguma esgotamos a temática em estudo. E nem o podíamos. Álias, deliberadamente preferimos designar esta secção como de “algumas considerações finais” e não de “conclusões” como comumente se procede, pois, situamos o presente estudo a um nível em que encerra apenas alguns subsídios nesta matéria. Entendemos deste modo que, o conhecimento se produz de conquista em conquista, é na verdade, um exercício por excelência de construção e desconstrução permanente.

Todavia, por outro lado pensamos de algum modo, ter parcialmente respondido a nossa questão de partida e ao desafio proposto por Cherewa *et al* (1996:36) e que citamos em ocasião anterior, quando sugerem que “as

comunidades, nas suas raízes histórico-culturais, portam capacidades e formas de relação com o meio (natural e social) que carecem de estudos aprofundados e imparciais”, estabelecendo competências e papéis quotidianos diferenciados para homens e mulheres na sua forma de se relacionar.

De facto, em Djavula, a relação que os homens e mulheres mantêm com a natureza e mais particularmente com os recursos florestais, é fortemente permeada pelas relações de género e de poder, que se vão construindo e reconstruindo quotidianamente, no contexto das suas actividades nos grupos domésticos e na comunidade no geral.

E, porque a sua organização social repousa em pressupostos de um sistema patrilinear fortemente hierarquizado, verificamos com efeito que a competência e o saber das mulheres em lidar com certos recursos florestais é posta em causa, e fortemente questionada, estende-se esta desqualificação não só ao acesso a estes recursos, como também reafirma uma diferenciação de poder. Referimo-nos por exemplo, ao caso flagrante do acesso e exploração dos campos para a extração da sura.

Essa subalternidade da mulher é extensiva ao controlo e acesso a certos benefícios que advém dos rendimentos das actividades ligadas ao comércio da sura onde ela desempenha papel de relevo, e que exceptuando as mulheres viúvas e as que tem os maridos a trabalhar nas minas do *Rand*, a mulher no geral vê o poder e autoridade masculina a sobrepor-se no controlo quotidiano destes rendimentos.

As mulheres viúvas e as que tem os maridos a trabalhar nas minas do *Rand*, tem acesso e controlo (delegado) dos recursos florestais nas áreas dos seus maridos, nomeadamente a produção de carvão e extração da sura, mediante a contratação dos serviços de um homem para realizar esse trabalho, por conseguinte geralmente, elas detêm um nível de autonomia considerável em relação ao destino dos rendimentos, dada a ausência do seu parceiro. Todavia, as viúvas em caso de ruptura das obrigações estipuladas a quando do lobolo arriscam-se a perder essa

prerrogativa e até podem serem expulsas do grupo doméstico dos seus parceiros. Ou seja, há um controlo delegado pela família do marido .

Contudo, num grupo doméstico onde existe a mão de obra masculina em abundância esta é considerada tão importante que ela passa a exercer o controlo. A mão de obra feminina é invisível. Os viúvos facilmente sem restrições podem ter novas mulheres, sem no entanto, pôr em risco a sua autonomia no acesso e controlo dos recursos e seus benefícios.

Entretanto, por outro lado, importa salientar que apesar de algumas mulheres dedicarem-se a produção do carvão, esta actividade e tal como a extração da sura, são sem dúvida muito importantes nesta comunidade, e são basicamente dominadas pelos homens e servem muitas vezes de complemento, pelo numerário que se consegue, às insuficiências do grupo doméstico. A floresta serve, neste âmbito, como uma espécie de "reserva", onde se vai buscar o necessário para suprir as necessidades no grupo doméstico. O depoimento de M. Jossefa, de 38 anos, seleccionado entre vários, parece confirmar essa tendência :
" Quando tenho alguma coisa que faz falta aqui em casa e que não consigo ali na machamba, vou ao mato para aumentar o dinheiro que tenho, e realizar os meus projectos necessários . "

A exploração dos recursos está assim associada a subsistência dos grupos domésticos assim como à actividade agrícola. Como não podíamos deixar de assinalar, estas assumem um grande protagonismo nas estratégias quotidianas de subsistência . Porém, os níveis de autoridade e responsabilidade ente os homens e as mulheres em relação ao acesso e controlo dos recursos é fraccionada e reflecte relações de género e de poder nos grupos domésticos.

A preservação e conservação dos recursos florestais, encontra-se âncorada às actividades quotidianas de homens e mulheres, nomeadamente na colecta da lenha, plantas medicinais, frutos silvestres, materiais de construção, produção do carvão, extração da sura entre outras, fundadas na divisão social do trabalho das sociedades patrilineares, e é onde se situa o palco privilegiado em que se vão

repassando os saberes e práticas locais de gestão sustentável dos recursos . As actividades quotidianas de homens e mulheres actuam assim diferentemente no maneo dos recursos florestais.

Estes saberes e práticas, vão evoluindo e sempre de geração em geração e fazem parte daquilo que constitui o repositório da cultura local, e são usadas para construir uma forma de maneo sustentável dos recursos florestais e encorajar os jovens a desenvolverem uma relação equilibrada com a natureza.

Estas práticas e saberes locais, porque eficazes como pudemos constatar no terreno, ajudam a reforçar a nossa idéia de que deve-se fazer um estudo aprofundado sobre os mesmos para daí tirar ilações. Pois, estes saberes tem a vantagem precisamente de serem locais e eficazes cujas formas de funcionamento não devem ser ignoradas, uma vez que o seu conhecimento em detalhe pode avançar a reflexão sobre as estratégias a adoptar no maneo comunitário de recursos florestais.

E, porque a relação entre os actores sociais entre si e com os recursos florestais pode remeter a potenciais conflitos, a comunidade de Djavula assenta os seus mecanismos e formas de resolução e prevenção dos mesmos numa participação alargada de todos membros da comunidade sem qualquer tipo de discriminação, onde a opinião das mulheres muitas vezes é levada em consideração. Geralmente, a resolução dos conflitos tem a coordenação da autoridade tradicional como parte de uma das suas várias atribuições sociais, refletindo de algum modo o que Meyer e West (1992:38) citados por Loforte (1999: 18), consideram de “ negociação permanente da tradição e da legitimidade política da sociedade rural, pois sempre que distribuem recursos ou se resolvem disputas, aqueles que exercem o poder na forma de prática quotidiana emitem julgamentos sobre a sua legitimidade e avaliam a sua obediência à tradição”

Reveste-se também de alguma importância e deve-se assinalar aqui, o facto de que apesar de a comunidade reconhecer os seus direitos de acesso e uso dos recursos florestais com base na sua historicidade e pertença ao espaço, os

homens tem algum conhecimento sobre a existência de licenças de exploração das áreas florestais emitidas pelas autoridades formais, em relação as mulheres que mostram um desconhecimento total. Porém, este facto não intimida de forma alguma estas populações, que asseguraram-nos convictamente que os recursos naturais, em Djavula no geral, são sua pertença, e que foram herdados dos seus antepassados passando de geração em geração, daí o seu esforço em preservá-los. Por esse facto, as formalidades da lei não fazem parte das suas cogitações.

Fica claro, que requiere-se imediatamente estudos aprofundados que visem acopular ou pôr em diálogo e consenso, estas duas formas de perceber a legitimidade sobre os recursos, pois, vários episódios conflituosos, como por exemplo o já extinto projecto Blanchard Enterprise que cobria 2/3 da península de Machangulo, ou o da tentativa de transformar o Lícuaati em reserva florestal, mostram o quão é sério o problema.

Por outro lado, e porque o Estado moçambicano começa a perceber a importância do uso sustentável dos recursos florestais, como atestam os diferentes "Projectos de Apoio ao Maneio Comunitário de Florestas e Fauna Bravia", seria oportuno iniciar uma linha de investigação sobre o impacto da intervenção destes projectos no controlo e acesso aos recursos pelas mulheres bem como os níveis da sua participação e aceitação, pois, tem-se continuamente associado as mulheres ao espaço doméstico.

Finalmente, tal como iniciamos o nosso estudo sugerindo uma questão de partida, faremos um exercício similar e que quiça sirva de reflexão para futuros "diálogos" nesta questão de maneio de recursos florestais. A questão permanece: *como envolver as comunidades rurais no maneio dos recursos florestais, tirando contudo, partido das instituições, saberes e práticas localmente existentes. Este facto, por acaso não reforçaria a idéia de negociação com os sistemas locais de relacionamento com a natureza?* O que quer dizer, o envolvimento das comunidades a partir do seu próprio conhecimento e práticas, e não o que os "outros" desejam que seja o seu envolvimento.

7. Referências bibliográficas.

AGARWAL, Bina (1985); *"Of social forestry and others tree plantig schemes"*, Chap. 5, in: **Cold hearths and barren slopes : The woodfuel crisis in the third world**, New Dehli: Allied Publishers.

ALLEN, Sheila (1993); **Women in business**, London : Routledge.

_____ (1989); *"Rural women, poverty and natural resources. Sustenance, sustainability and struggle for change"* in: **Economic and Political Weekly**, Vol.24, New Dehli, pp. 46-65.

_____ (1997a); *"Editorial: Resouding the alert – Gender, resources and community action"*, in: **World Development**, Vol.25, No. 9, New Dehli, pp.1373-1380.

_____ (1997b); *"Environmental action, gender equity and women's participation"* in: **Development and Change** 28 (1), New Dehli, pp. 1- 44.

BARBIERI, Teresita de (1991); *"Sobre la categoria género. Una introducción teórico-metodologica"* in: **Direitos reprodutivos**, Brasil : Fundação Carlos Chagas.

BENDER, Donald (1967); *" A refinement of the concept of household : families, co-residence and domestic functions "* in: **Antrhopologist** (69), pp. 493-504.

BEAUVOIR, Simone de (1973); **The second sex**, New York : Vintage Press.

BILA, A. D. (1993); *"Aspects of natural forests in Mozambique"* in: PIERCE, G.D. & GUMBO, D.J., **The ecology and management of indigenious forests in Southern Africa**, Proceeding of an International Symposium 27-29 July 1993, Harare : Zimbabwe Forestry Commission and SAREC, pp. 38-44.

BRITO, Lídia & FERNANDES, Y. (1996); **RRA Report Santaca Area**, Maputo: UEM/DNFFB (Não publicado).

CARRILHO, J. "*Administração local e Administração Tradicional de Terras*" in: MAE (Ministério da Administração Estatal) (1995); **Autoridade e Poder Tradicional**, Vol.1, Maputo: MAE.

CASAS, Maria Isabel; SILVA, Teresinha da; LOFORTE, Ana; MEJIA, Margarita (1998); **Perfil de género da província de Nampula : Relatório final**, Maputo: Embaixada do Reino dos Países Baixos.

CHATTERJEE, Mitali & S.B. Roy (1993); **Refletion on gender issues in joint forest management**, Netherlands : Forest Sudies Series F003.

CHEREWA, Dionísio; IVALA, Adelino Zacarias; ARMANDO, Atilio Carlos (1996); **Perfil ambiental da cidade de Nampula**, Maputo: HABITAT.

CHITARÁ, S.(1992); **Development of forests products : Market strategies and marketing methods**. Maputo : DNFFB.

CONÇEIÇÃO, Rafael da; "*Resolução de conflitos nas comunidades de pescadores da zona de Angoche / Moma , Província de Nampula : Um estudo de caso* " in: SANTOS, Boaventura de Sousa & TRINDADE, João C. (1999); **Conflito e transformação social : Uma paisagem das justiças em Moçambique**, Maputo & Coimbra : Centro de Estudos Africanos / UEM & Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra), Cap. 25.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, (1990); Maputo: Minerva Central

DAVIES, Katherine (1989); **What is Ecofeminism**, Rome: IDOC Internazionale.

DANKELMAN, Irene & DAVIDSON, Joan (1989); **Women and environment in third world : Alliance for the future**, London : Earthscan Publication Ltd.

DEHLOT, Colett ; " *Managers of natural resources*" in: RODDA, Annabel (1993); **Women and the environment**, London & New Jersey : Zed Books Ltd, pp. 72-78

DGIS (Directorate-General for International Cooperation) (1989); **As mulheres, a energia, a sivilcultura e o ambiente**, Netherlands : Ministry of Foreign Affairs .

_____ (1997); **Gender and the environment : A delicate balance between profit and loss**, Netherlands : Ministry of Foreign Affairs.

DIKENI, L. ; MOORHEAD, R. ; SCOONES, I. (1996); **Land use and environmental policy in the rangelands of South Africa : Case study from The Free State and Northern Province**, Working paper No. 38, Johannesburg : Land and Agriculture Policy Centre.

DNFFB (Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia) (1998); **Lições sobre o envolvimento da comunidade na gestão de projectos de recursos naturais em Moçambique**, Nota Informativa No.2, Maputo: Unidade de Apoio ao Maneio Comunitário – UMC.

_____ (1999); **Política e estratégia de desenvolvimento de florestas e fauna bravia**, Maputo : Unidade de Apoio ao Maneio Comunitário – UMC.

FAO (Food and Agricultural Organization) (1984); **Agroclimatological data for Africa**, Vol.2 – Countries for South of Equador, Rome : FAO

FAO (Food and Agricultural Organization) (1995); **Tree growing by rural people**, Rome : FAO.

FREUD, Sigmund (1976); **Mal-estar na civilização**, São Paulo: Abril Cultural.

GOODY, J. " *The fission on the domestic group among the Lodagaba*" in: GOODY (ed.) (1971); **The development cycle of the domestic groups**, Cambridge : Cambridge University Press.

GUMBO, D.J. " *Is there a traditional management of indigenous forests ?*" in: PIERCE, G.D. & GUMBO, D.J. (1993); **The ecology and management of indigenous forests in Southern Africa**, Proceedings of an International Symposium 27-29 July 1993, Harare : SAREC and Zimbabwe Forestry Commission, pp.83-85 .

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. " *Sociedade*" in: MARTINS, José de Sousa & MARIALICE, M. (orgs.) (1994); **Sociologia e sociedade**, Rio de Janeiro : Editora LTC, pp. 263-275.

HYNES, Patricia; " *Ecofeminism : A way back to ourselves*" in: IDOC Internazionale (1989); **The feminism of ecology** , Excerpted from a Paper presented at the conference " Women and life on Earth", Rome: IDOC Internazionale.

KILAHAMA, F.B. (1991); " *Indigenous ecological knowledge : a vital tool for rural extension strategies*" in: **Forest, Tree and People Newsletter** N° 24

KONING, J. de (1993); **Checklist of vernacular plants names in Mozambique**, Netherlands: Wageningen Agricultural University Papers, 93-2.

LEACH, Melissa; " *Women's use of forest resources in Sierra Leone*" in: RODDA, Annabel (1993); **Women and the environment**, London & New Jersey: Zed Books Ltd, pp. 125-129.

LEROY, G. (1993); **The forest problems**, London : ATL Publishers.

LOFORTE, Ana Maria (2000); **Género e poder entre os Tsonga de Moçambique**, Maputo: Promédia .

_____ " *A gestão e maneio dos recursos marinhos num contexto de conflito : O caso da Ilha de Moçambique* " in: SANTOS, Boaventura de Sousa & TRINDADE, João C. (1999); **Conflito e transformação social : Uma paisagem das justiças em Moçambique**, Maputo & Coimbra : Centro de

Estudos Africanos / UEM & Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra), Cap. 24.

LYOTARD, Jean-Françoise (1989), **A condição pós-moderna**, Lisboa: Gradiva.

MANSUR, E. (1998); **Inventário de floresta nativa para o manejo comunitário dos recursos naturais**, Palestra proferida durante o curso "Desenvolvimento florestal comunitário, métodos participativos e análise de género", Nampula: DNFFB.

MATAKALA, Patrick (1998); **Guião para trabalhadores de campo e investigadores em manejo florestal comunitário**, Nota Técnica No. 1, Maputo: DNFFB – Unidade de Apoio ao Maneio Comunitário – UMC.

MBILINYI, Marjorie; " *Research methodologies in gender issues*" in: MEENA, Ruth (1992); **Gender in Southern Africa**, Harare: Sapes Books, pp. 31-37.

MEENA, Ruth (1992); **Gender in Southern Africa**, Harare: Sapes Books.

MENESES, Maria Paula G., " *Os "outros" e "nós" : a questão do acesso uso e gestão dos recursos naturais em Licuati*" in: SANTOS, Boaventura de Sousa & TRINDADE, João C. (1999); **Conflito e transformação social : Uma paisagem das justiças em Moçambique**, Maputo & Coimbra : Centro de Estudos Africanos / UEM & Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra), Cap. 23.

_____ (2000) " *Sobre mapas e fronteiras*", in: **Seminário de reflexão sobre género**, Maputo : Centro de Estudos Africanos / UEM

MICOA (Ministério da Coordenação para Acção Ambiental) (2000); **Revista Vida e Mulher**, Abril/Maio, Maputo: MICOA.

MINED (Ministério da Educação) (1986); **Atlas Geográfico**, Maputo: Ministério da Educação.

MOORE, Henrieta L. (1998); **Feminism and Anthropology**, Cambridge: Polity Press.

MUSHOVE, Patrick (1999); **Métodos participativos para avaliação de recursos florestais e faunísticos**, Maputo: DNFFB – Unidade de Apoio ao maneio Comunitário – UMC.

NHANCALE, Camilo (1999); “ *Maneio ou gestão comunitária : diferença académica ou de fundo?*” in : **Workshop sobre conceitos teóricos e práticas nos projectos participativos** , FTTP: Maputo, 8-9 Novembro, 1991

Negrão, J., COUTO, M., SOUTO, A., SOPA, A., (eds) (1996); **Participação comunitária na gestão dos recursos naturais** , Maputo: Projecto COMRES, GTA / MICOA.

NISBET, Robert A. ; “*Comunidade*” in: MARTINS, José de Sousa & MARIALICE, M. (orgs) (1994); **Sociologia e sociedade**, Rio de Janeiro: Editora LTC, pp. 255-262.

NONTOKOZO, Nabane; “*Laking confidence? A gender sensitive analysis of CAMPFIRE in Makosa village*” in: International Institute for Environment and Development (1995); **Wild Life Series No.3**, London, pp. 3-12

OYEWUMÍ, Oyèrónké (1997); **The invention of woman. Making an african sense of western gender discourses**, Minneapolis : University of Minneapolis Press.

PALGRAVE, K. C.(1983); **Trees of Southern Africa**, Cape Town : Struik Publishers.

PNUD(Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)(2000); **Moçambique : Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano, 1999**, Maputo: PNUD

QUIVY, Raymond & CAMPENHOUD, Luc Van (1992); **Manual de investigação em Ciências Sociais**, Lisboa: Gradiva.

RODDA, Annabel (1993); **Women and the environment**, London & New Jersey: Zed Books Ltd.

RUTH, Meena (1992); **Gender in Southern Africa**, Harare: Sapes Books.

Saket, M. (1994); **Report on updating of the exploratory forest inventory**, Maputo: FAO/UNDP.

SAWAIA, Bader Burihan; "*Comunidade : A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade*" in: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.) (1996); **Psicologia social comunitária : Da sociedade à autonomia**, Petrópolis: Vozes, pp. 35-51.

SCOTT, Joan (1991); **Género : Uma categoria útil para análise histórica**, Tradução autorizada de Cristin Rufino Dabat e Maria Betânia Avila, Recife, [s/e].

SHIVA, Vandana (1989); **Staying alive: Women, ecology and development**, London: Zed Books Ltd.

SIMMEL, Georg; "*La metrópolis y la vida mental*" in: WOLFF, K. H. (org.) (1964) **La sociologia de Georg Simmel**, New York: The Free Press, pp. 35-57

TÖNNIES, Ferdinand (1944); **Communauté et société**, Paris: PUF.

VAUNIÈRE, J. (1975); **Les possibilités d'aménagement de la forêt dense tropicale africaine**, Nogent-sur-Marne: FAO/CTFT.

WATERHOUSE, Rachel; "*Género e gestão comunitária da terra*" in: SCOTT, Kloeck-Jenson & WATERHOUSE, Rachel (1998); **Seminário sobre o conceito das comunidades locais em relação a gestão de recursos naturais**, Briefing Book, Maputo: Land and Tenure Centre Project, pp.18-20

WCED (World Commission on Environment and Development) (1987); **Our common future**, Oxford & New York : Oxford University Press.

WITTING, Monique (1978); "*One is not born a woman*" in: **Feminist issues**, 1, 2, New york : [s/e].

YOUNG, Kate(1988); **Género e desenvolvimento : Uma aproximação relacional**, Brighton: Sussex University Press.

ANEXO I

Tópicos / questões exploradas, sob forma de entrevista semi-estruturada.

Aspectos sócio- organizativos da comunidade

1. Identificação social dos entrevistados. (Nome, idade , sexo, local de nasc. Estado civil, grupo étnico, ocupação, escolaridade).
2. Breve historial da comunidade (É importante a versão dos anciãos)
3. Grupos étnicos existentes, número apróx. de habitantes.
4. Quem é o líder da comunidade, famílias mais antigas, sua influência nas decisões sócio-políticas.
5. Como está organizada a comunidade em termos de hierarquias de poder (régulos etc, etc...)
6. Qual o padrão da estrutura social : matrilinear ou patrilinear ? (visando determinar as correlções de poder socialmente construídas apartir destas configurações sociais)

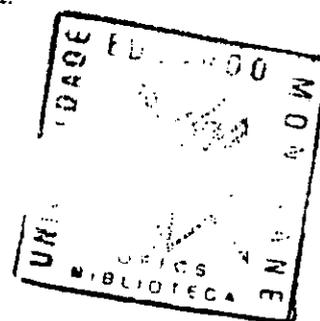
Sobre a exploração dos recursos

1. Rotina diária : Homens e mulheres (divisão social do trabalho).
2. Principais actividades económicas que desenvolvem e seus propósitos (homens e mulheres)
3. Quem explora os recursos florestais na comunidade?
4. Que recursos florestais exploram e para que fins.
5. Quem faz a colecta ou exploração destes recursos ou produtos a nível do grupo doméstico. Quem faz a gestão e o seu uso . Tomada de decisões.
6. papel das mulheres na gestão e uso dos recursos (valorizado ou não, participam na tomada das decisões comunitárias, tem algum protagonismo como se manifesta? Será somente pela sobrevivência quotidiana que recorrem a comercialização destes, como isto é visto pelos homens)
7. papel dos homens : qual a sua relação com os recursos (comercialização ou outros fins). Até que ponto isso reforça a sua posição social?

8. Como é feita a distribuição dos rendimentos ao nível do grupo doméstico que provém das actividades ligadas a venda de carvão vegetal e lenha e outras. Quem decide?
9. Benefícios para homens e mulheres que advém da exploração dos recursos florestais
10. De quem são as terras onde se exploram os recursos florestais.
11. De quem são os recursos florestais nestas terras?
12. Nivel de conhecimento dos direitos de acesso e uso dos recursos florestais (homens e mulheres).

Medidas locais de preservação e conservação dos recursos florestais.

1. Existem algumas espécies florestais que não se possam cortar? Se sim quais?
2. Existem espécies que só podem ser cortadas ou colectadas por homens e nunca por mulheres e *vice-versa*? Razões desse facto.
3. Existem áreas onde o acesso é proibido, quer para homens e mulheres ou simplesmente para ambos. Se sim quais as áreas e as razões de impedimento.
4. Existem espécies preferidas para corte pelas mulheres e pelos homens? Razões e para que efeitos.
5. Saber quais das regras comunitárias de manejo florestal que se seguem são as mais comuns:
 - a) A exploração dos recursos é feita para consumo próprio, não tem finalidade comercial.
 - b) É proibido o corte de árvores de frutas silvestres.
 - c) É proibido o corte de árvores de frutas plantadas.
 - d) A exploração de recursos florestais é somente feita pela população residente.
 - e) É proibida o acesso a determinadas áreas.
6. Quem faz o controle ou fiscalização do uso dos recursos florestais.
7. Como se efectua o controle (Através de vigias para impedir a exploração externa à comunidade, proibição de corte de certas espécies e acesso a certas áreas, limitação da quantidade explorada etc...)
8. Questionar sobre a existência de penalizações ou não para os infractores e se são as mesmas para homens e mulheres
9. Existem regras tradicionais que controlam a exploração dos recursos florestais? Quais relacionadas ao manejo florestal.
10. Quais os produtos que gostaria que a sua exploração fosse controlada.

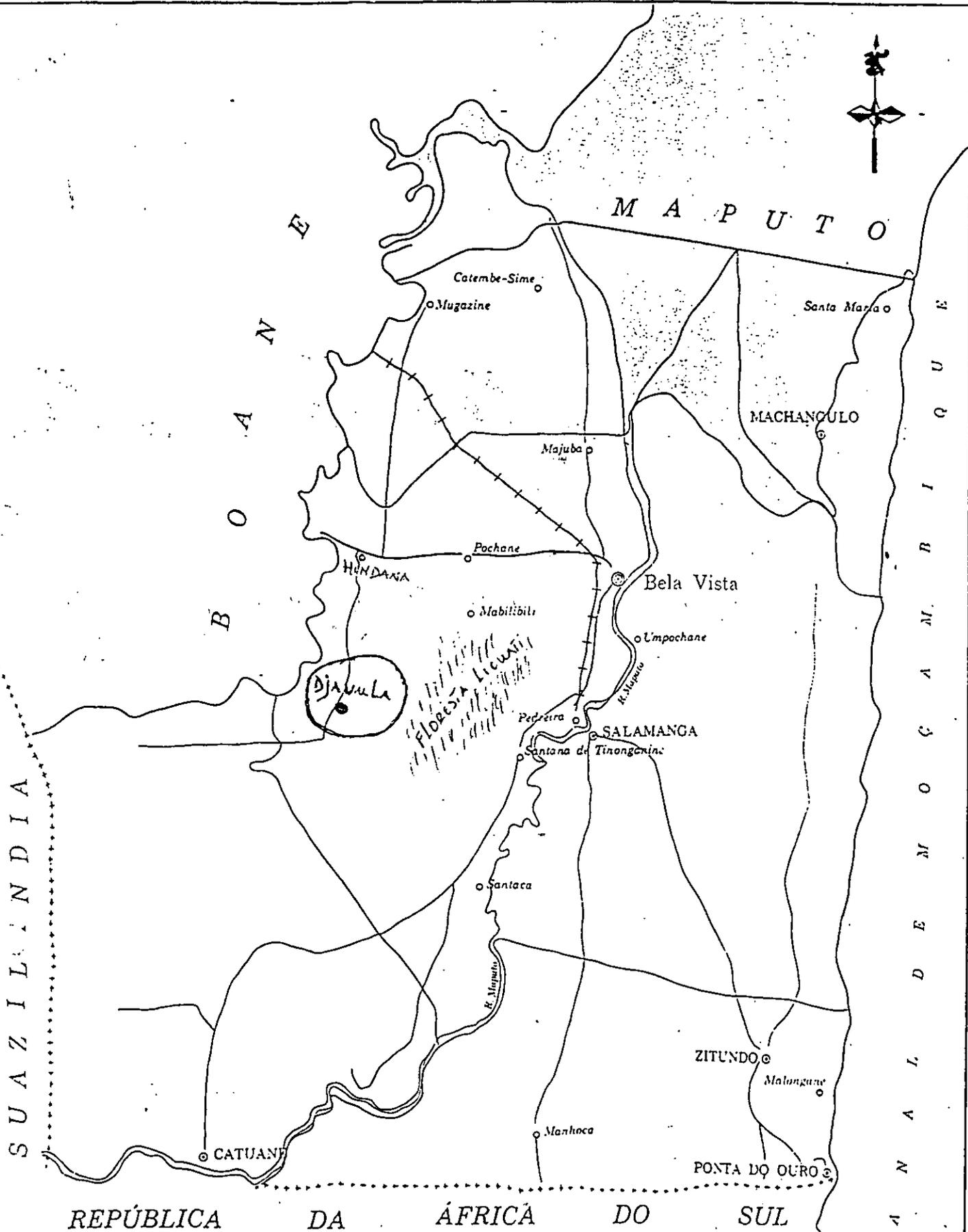


11. Existem idéias de promover o crescimento das árvores para o seu aproveitamento no futuro.
12. Como se estimula o crescimento dessas árvores (proteger e favorecer a regeneração natural, eliminação de competidores, impedir o abate ou danificação de árvores mais jovens, retirar ramos secos para lenha etc.)

Conflitos comunitários

1. Quais os conflitos existentes na comunidade em relação aos recursos florestais. O posicionamento dos homens e das mulheres nestes conflitos
2. Mecanismos de resolução. (Aqui pretende-se saber quem são os membros da comunidade que são envolvidos e tomam as últimas decisões na resolução dos conflitos).

DISTRITO DE MATUTUINE



LEGENDA Legend

⊙	SEDE DE DISTRITO	District Capital	—	LIMITE DE POSTO	Admin. Post Boundary		
⊙	SEDE DE POSTO	Admin. Post Headquarters	✈	PISTA DE ATERAGEM	Landing Strip		
○	POVOAÇÃO COMERCIAL	Trading Centre	—+—	CAMINHO DE FERRO	Railway	Fontes	Sources
—	LIMITE DE PROVINCIA	Provincial Boundary	—	ESTRADAS PRINCIPAIS	Main Roads	DINAGEÇA	DINAGEÇA
—	LIMITE DE DISTRITO	Admin. Post Boundary	—	OUTRAS ESTRADAS	Other Roads	ESCALA 1/500.000	Scale 1/500.000
			—	RIOS	Rivers	EDIÇÃO 1997	Edition 1997